

DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO E AUMENTOS ATAQUES À CONSTITUIÇÃO E AMEAÇAS

NÃO É ESTA A POLÍTICA DE QUE O PAÍS NECESSITA

Editorial • Intervenção dos deputados comunistas na Assembleia da República - Págs. 2 e 3



O comício da Festa da Liberdade realizado em Lisboa, nos Olivais, no passado domingo, contou com a presença entusiástica de muitos milhares de pessoas

ÁLVARO CUNHAL NO COMÍCIO DOS OLIVAIS

«Uma vez que o governo PS/PSD quer a guerra contra o povo e contra o país é seguro que acabará por perdê-la»

Pág. 6

FESTA
ALENTEJANA

Beja,
dias 1, 2 e 3

FESTA
DA UNIDADE

Amadora,
dias 1, 2 e 3

FESTA
DO TRABALHADOR

Alvalade-Sado,
dias 2 e 3

FESTA
DA FRATERNIDADE

Grândola,
dias 2 e 3

FESTA
DA ALEGRIA

Braga, dias 1, 2 e 3

COMÍCIO
COM ÁLVARO CUNHAL

FESTA
SALOIA

Loures,
dia 3

FESTA
DA PAZ

Odivelas,
dia 3

FESTA
DO LARANJEIRO

Laranjeiro,
dia 2

FESTA
DE LINDA-A-VELHA

Linda-a-Velha,
dias 2 e 3

O PROGRAMA DA FESTA DO «AVANTE!»

Para a semana começaremos a divulgação dos programas dos palcos da Festa do «Avante!»

SEMANA

22 Quarta-feira

O escudo desvaloriza-se mais 12%, por decisão do Governo PS/PSD ■ Um plenário da CGTP-IN traça as duas direcções do movimento sindical no imediato: o diálogo e a luta; a «trégua social» pretendida pelo Governo só poderia encontrar eco nos trabalhadores, se os seus anseios e reivindicações fossem satisfeitos; decidiu-se entretanto solicitar uma audiência urgente ao primeiro-ministro ■ Inicialmente na Assembleia da República os debates sobre o programa do Governo PS/PSD; Ernani Lopes, o novo ministro das Finanças e do Plano, confirmaria o agravamento dos tectos salariais, o decréscimo do produto interno bruto e a «austeridade» ■ A Assembleia Municipal de Gondomar aprova por unanimidade uma proposta da APU em que se declara a acção do conselho zona desnuclearizada ■ O bispo sul-africano Desmond Tutu, no seu relatório anual à Conferência do Conselho das Igrejas da África do Sul (SACC), de que é secretário-geral, afirma que apenas com recurso à violência se poderá verificar uma mudança real no país do «apartheid» e do racismo, eles mesmo os principais responsáveis pelos primeiros actos de violência cometidos no país.

23 Quinta-feira

A Associação de Municípios do Distrito de Setúbal anuncia, em conferência de Imprensa, a realização em Outubro próximo das Novas Jornadas Nacionais Sobre Lotamentos Ilegais ■ Milhares de trabalhadores das indústrias de Lisboa e Setúbal manifestam-se frente à Assembleia da República, reafirmando a disposição de não dar tréguas à política de crise ■ O ministro das Finanças, Ernani Lopes, anuncia pela televisão o aumento generalizado dos preços dos produtos essenciais ■ Os trabalhadores chilenos iniciam uma greve geral nacional convocada pelas principais organizações sindicais do país, que se afirma de tempo indeterminado; a libertação dos dirigentes sindicais presos, nomeadamente Rodolfo Seguel, e a reposição da democracia no país, constituem os dois objectivos principais desta luta contra o regime fascista de Pinochet ■ Miguel D'Escoto, ministro dos NE da Nicarágua, acusa os EUA de estarem a incentivar as Forças Armadas hondurensas para uma confrontação com o seu país ■ O Papa João Paulo II regressa a Roma após uma visita de seis dias à Polónia.

24 Sexta-feira

Dá entrada na mesa da Assembleia da República o pedido do Governo de autorização legislativa para alteração da lei de delimitação dos sectores, o que abre caminho ao grande capital aos sectores base da economia nacional ■ Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, afirma em entrevista no 2.º canal da televisão que «este governo não tem pé para andar» pois vai continuar a política de desastre nacional do anterior ■ O Supremo Tribunal dos EUA proibe o Congresso de uso do direito de veto sobre as decisões da Casa Branca; Ronald Reagan saudaria de imediato esta decisão ■ Prossegue a greve geral no Chile contra a ditadura fascista e exigindo a libertação de sindicalistas presos; a polícia dispara gás lacrimogénico contra uma manifestação de estudantes em Santiago, de apoio à greve.

25 Sábado

Representantes dos trabalhadores com salários em atraso no Distrito de Lisboa decidem, em plenário distrital, intensificar a luta pelo seu pagamento e pela garantia da manutenção dos postos de trabalho; no distrito, segundo o último balanço, há mais de 30 000 trabalhadores de 65 empresas, em 11 sectores de actividade, com salários em atraso ■ Fonte sindical chilena citada pela agência EFE afirma que a greve geral no país, hoje no terceiro dia, paralisa inteiramente os portos, as instalações petrolíferas e as minas de cobre do país ■ É confirmado oficialmente que a cidade de Faya Largeau, mil quilómetros a norte de N'Djamena, capital do Tchad, caiu nas mãos dos partidários do ex-presidente Gukuni Weddeye

26 Domingo

Deixa o nosso País a delegação do PCUS que esteve entre nós desde a passada segunda-feira a convite do CC do PCP; a delegação era chefiada por Eduard Chevardenaze, membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS, primeiro-secretário do CC do PC da Geórgia e deputado ao Soviete Supremo da URSS ■ Militantes socialistas do distrito do Porto decidem protestar junto da direcção do PS pela rejeição de 26 das 29 moções para o 5.º congresso, apresentadas por elementos afectos ao ex-secretário-geral ■ Termina, na cidade da Praia, o II Congresso do PAICV, que se caracterizou por uma longa discussão dos problemas do país e do partido; Aristides Pereira e Pedro Pires são reeleitos secretário-geral e secretário-geral adjunto, respectivamente ■ Inicia-se em Itália a 4.ª consulta geral eleitoral antecipada dos últimos dez anos, que terminará amanhã ■ O governo fascista chileno decreta a deportação para a ilha de Chiloé dos presidentes dos sindicatos da Indústria de Hotelaria e da Confederação dos Trabalhadores da Construção Civil ■ Usando da palavra na Assembleia Mundial para a Paz e a Vida e contra a guerra nuclear, que decorreu em Praga, o ex-presidente mexicano Luis Echeverria defende o desmantelamento dos blocos militares e a desnuclearização da Europa.

27 Segunda-feira

Em comunicado divulgado a propósito da recente revogação do decreto-lei do governo «AD» que criou o tecto salarial, a CGTP-IN sublinha que foi a luta dos trabalhadores que levou à sua revogação, advertindo que uma política semelhante do actual Governo PS/PSD a pretender, de forma encapotada, obter os mesmos efeitos, terá o mesmo destino ■ Terminam as eleições gerais antecipadas em Itália, com uma grande derrota da Democracia-Cristã, que desceu cerca de 6% tendo o PCI, que manteve o essencial da sua votação, ficado a uns escassos 2% da DC, houve ligeiras subidas de outros partidos pequenos, nomeadamente PSI, o Partido Republicano, o Partido Liberal e o neo-fascista MSI.

28 Terça-feira

Os deputados do PCP e do MDP impugnam a admissão da proposta de lei do Governo PS/PSD que solicita autorização para alterar a lei de delimitação dos sectores público e privado, no sentido de abrir à iniciativa privada a banca, os seguros, os cimentos e os adubos. Em S. Bento, representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado condenam esta pretensão do Governo ■ Congelamento imediato dos arsenais nucleares e das despesas militares a partir de 1 de Janeiro de 1984 — esta a proposta dirigida a todas as potências nucleares, a começar pelos EUA e URSS, que foi aprovado na reunião do Pacto de Varsóvia, realizada em Moscovo.

Editorial

O GOVERNO PEDE PAZ E DECLARA A GUERRA

Se às primeiras decisões e medidas do Governo PS-PPD aplicarmos uma terminologia militar, forçoso será afirmar que o Executivo do dr. Mário Soares abriu a guerra contra todo o País e todo o povo.

Depois de uma grotesca troca de inconfidências e desmentidos, foi anunciada a brutal desvalorização do escudo em 12%. Também antes ainda de ser aprovado o programa de governo na Assembleia da República, choveram os aumentos dos preços do pão, do leite e do açúcar, logo seguidos pelo dos adubos. Anunciam-se novos aumentos. Lesta, a equipa Soares-Mota Pinto meteu já na Assembleia da República o pedido de autorização legislativa para, nos gabinetes e fora das vistas do Parlamento e do povo, entregar ao capital bancos, seguros, cimenteiras e indústrias de adubos.

Em quinze dias de Governo — é obra!...

É afirmação que se pode fazer com tranquilidade de que todos os portugueses comum pão, bebem leite, consomem açúcar. Uns mais, outros menos, mas é evidente que se trata de artigos de consumo inteiramente generalizado.

Pode, portanto, dizer-se que esta medida é uma acção contra todo o povo.

Mas é igualmente evidente que há diferenças. Por um lado, sabe-se que o pão ocupa papel muito mais importante nos hábitos alimentares das famílias de menores recursos do que nas abastadas. O pão é um substituto para quem não tem posses para chegar aos escandalosos preços da carne, do peixe. Por outro lado, aumentos em géneros de primeira necessidade sentem-se incomparavelmente mais em orçamentos familiares reduzidos e apertados do que num outro folgado.

O dr. Gonçalves Pereira, para quem o ordenado de ministro não chegava para os charutos, ou o dr. Sousa Tavares, para quem o ordenado de deputado não chegava para os almoços, podem com relativa facilidade suportar tais aumentos: nem têm que fumar menos charutos, nem que comer menos almoços. Não é o que sucede para uma família de um trabalhador cuja única solução será pura e simplesmente cortar no consumo de pão, leite ou açúcar ou cortar em qualquer outra despesa já reduzida ao essencial e à sobrevivência.

Estas medidas, sendo contra todo o povo, ainda mais cruéis contra aqueles de menos posses, contra os mais pobres, contra os que trabalham.

E ainda não só. Há pessoas para quem o leite e o açúcar são ainda mais, se possível, géneros de primeira necessidade: as crianças. E não se tenha dúvidas que sobre elas recairão os resultados das restrições que seus pais acabem de todo em todo a não poder evitar.

Digamos pois que estas medidas contra o povo comportam essa revoltante característica de se abaterem especialmente sobre os mais desprotegidos: os mais pobres, as crianças.

Os adubos são aquilo que se chama um factor de produção para a agricultura. Aumentando os preços dos adubos, aumentam fatalmente os preços dos produtos agrícolas. Sejam eles batatas ou trigo, fruta ou hortaliça.

Significa isto que aumentar o preço dos adubos significa a curto prazo o aumento de quase tudo o que se come, do que toda a gente come.

Fazer aumentar o preço do que todos comem é sem dúvida um acto hostil contra todos os que comemos. Ou seja — contra todo o povo.

Mas não só. Quando os preços dos produtos da agricultura aumentam no consumidor, não há quem não saiba que eles não aumentaram da mesma forma no produtor. Não há quem não saiba que uma viciosa rede de distribuidores recheada de intermediários, açambarcadores e especuladores cobra ao consumidor o que ele não pode pagar e não paga ao produtor o que ele precisaria de receber. Um quilo de batatas comprado num mercado dum cidade irá aumentar muito mais do que o aumento do preço dos adubos: mas o produtor receberá muito menos do que teve de pagar pelo aumento do preço dos adubos.

O que significa que aumentar o preço dos adubos é não apenas um acto hostil contra os que consomem, como também um acto hostil contra os que produzem. E muito especialmente contra aqueles — e são a grande maioria — dos agricultores portugueses que contam essencialmente com o labor dos seus braços e não com as benesses das negociações, as concessões de créditos favorecidos, as traficâncias de intermediários, as habilidades de especuladores.

O que significará então que o Governo desencadeou a hostilidade contra os pequenos e médios agricultores, às UCPs e Cooperativas da Reforma Agrária, àqueles para quem a terra é, antes de propriedade, trabalho.

Em 1982, Portugal importou 722 milhões de contos de produtos estrangeiros e exportou 310 milhões de produtos nacionais. Pelas mais elementares contas, significa isto que houve um défice de 412 milhões de contos.

Continuando a política financeira de desastre nacional do governo «AD», o Governo do dr. Soares & do dr. Mota Pinto desvalorizou uma vez mais o escudo oficialmente em 12%. Em contas igualmente elementares, significa isto que, se em 1983 importarmos e exportarmos o mesmo que no ano passado, o que comprarmos lá fora nos importará em 808,6 milhões de contos e o que lá para fora enviarmos nos renderá 272,8 milhões de contos. O que implacavelmente significa que o défice que fora de 412 milhões de contos passa para — no mínimo — 535,8 milhões de contos.

É de uma absoluta e rigorosa transparência que isto prejudica todo o País, todos os portugueses, todas as actividades produtivas.

As grandes empresas nacionalizadas que para a sua laboração têm de recorrer à compra de maquinaria e matérias-primas no estrangeiro irão comprar tudo isso mais caro. Terão assim que vender mais caro aquilo que destinarem ao mercado interno. Mas receberão menos dinheiro por aquilo que exportarem para o estrangeiro.

Sendo que uma importante fatia das importações que Portugal realiza se situam no campo dos produtos alimentares (da carne até ao trigo), é evidente que qualquer cidadão português irá pagar mais caro esse essencial que é importado.

CM de Gondomar pela tarifa própria para a região Porto

Depois da histórica decisão da CM do Porto, foi a vez da CM de Gondomar aprovar uma importante proposta apresentada pela APU sobre a questão das tarifas.

Com os votos a favor da APU e do PSD e de um vereador do PS, e os votos contra dos restantes vereadores do PS, foi aprovada a solidariedade do concelho de Gondomar com o concelho do Porto, e que a CM de Gondomar se irá juntar à do Porto na negociação com o Governo de uma tarifa própria para a região, assim como a unificação das tarifas de acordo com o que foi decidido para o Porto (1\$40 desde já e 1\$70 a partir de Janeiro de 84) caso o Governo não decida no prazo de 60 dias.

Esta importante decisão da Câmara de Gondomar rompe decisivamente o «cerco» montado pelos dirigentes do PS à Câmara do Porto e inicia o processo de desmontagem da desesperada campanha conduzida na região por Narciso Miranda, presidente da CM de Matosinhos, em perfeita sintonia com Mário Soares, para a imposição dos brutais aumentos das tarifas a toda a região do Porto. Narciso Miranda, que pretendia isolar as posições dos eleitos da APU e em seguida a CM do Porto, começa ele a ficar isolado.

Isolado e mais uma vez alvo dos protestos da população de Matosinhos, que numa recente manifestação de centenas de pessoas, organizada pela Comissão de Defesa dos Consumidores, voltaram a exigir a baixa imediata dos preços actualmente praticados no concelho por responsabilidade de Narciso Miranda.

Animada pelas vitórias alcançadas no Porto e em Gondomar, a luta das populações contra os aumentos brutais da electricidade prossegue e acabará por impor a tarifa própria, justa e comum a toda a região, onde as condições concretas de consumo de energia são também comuns.

Conferência de Praga

• Hoje, encontro em Lisboa

Realiza-se hoje à noite, com início às 21 e 30, em Lisboa, um encontro sobre as conclusões da recente Conferência pela Paz, pela Vida, contra a Guerra Nuclear, que decorreu na capital checoslovaca. O encontro decorrerá na sede da Associação Portugal-Checoslováquia, na Rua Artilharia Um, com a participação do dr. Frederico Carvalho, cientista; Fernando Semedo, jornalista; e Pedro Medina, da direcção da Associação. Também estará presente o responsável do Departamento do Instituto de Estudos dos EUA - Canadá da Academia de Ciências da URSS. A entrada é livre.

As subidas de preços e a política necessária

1 — não é mais do que um instrumento de que o Governo PS/PSD se serve para aumentar os lucros do grande capital, redistribuindo os rendimentos criados de forma a permitir uma rápida aceleração do processo de concentração e centralização capitalista à custa do aumento da exploração dos trabalhadores. Nela se inscrevem, também, outras medidas extraordinariamente antipopulares e antinacionais incluídas no programa do Governo, como a tentativa de imposição de um novo lecto salarial (sempre inferior à taxa de inflação) e a suspensão dos investimentos no sector público (também ontem decretada).

2 Esta política — que aparece, uma vez mais, com a estafada e demagógica «justificação» da necessidade de «estabilizar a

3 economia», «fazer uma política de preços transparente», etc. — não é mais do que um instrumento de que o Governo PS/PSD se serve para aumentar os lucros do grande capital, redistribuindo os rendimentos criados de forma a permitir uma rápida aceleração do processo de concentração e centralização capitalista à custa do aumento da exploração dos trabalhadores. Nela se inscrevem, também, outras medidas extraordinariamente antipopulares e antinacionais incluídas no programa do Governo, como a tentativa de imposição de um novo lecto salarial (sempre inferior à taxa de inflação) e a suspensão dos investimentos no sector público (também ontem decretada).

4 Opondo-se firmemente a estas novas subidas de preço decretadas pelo Governo PS/PSD, o PCP denuncia igualmente como lesiva dos interesses nacionais e populares toda a política económica e fi-

nanceira do Governo PS/PSD que invoca permanentemente a crise como pretexto para prosseguir e agravar a política responsável pela sua existência e extensão.

Só uma política democrática, pode fazer sair a economia nacional do círculo vicioso para onde foi alçada por sete anos de política de direita que o Governo PS/PSD procura afinadamente manter e agravar. Essa política existe e é a única viável para a solução dos problemas nacionais. É uma política de investimentos, de rendimentos e preços em favor dos interesses nacionais e das classes e camadas laboriosas. É uma política de aproveitamento dos recursos, potencialidades e capacidades nacionais. É uma política de defesa e consolidação das nacionalizações e da Reforma Agrária e de apoio a todas as formações económicas sem discriminações. É uma política de respeito pelos direitos dos trabalhadores e de criação de novos postos de trabalho. É, em suma, uma política de melhoria das condições de vida dos portugueses e de progresso, desenvolvimento e independência para Portugal.

A SIP do PCP

Delegação do PCP em França

Regressou de França uma delegação do Partido Comunista Português composta por Vítor Neto, membro do Comité Central e da Secção de Informação e Propaganda e por Paulo Coutinho também da Secção de Informação e Propaganda, e que tinha como objectivo conhecer as experiências do trabalho de propaganda do PCF, aos vários níveis.

A viagem realizou-se no quadro da cooperação existente entre os dois partidos para um melhor conhecimento mútuo da actividade nos diferentes sectores.

A delegação do PCP foi recebida e teve encontros de trabalho com Marc Zamichei, membro do CC do PCF, responsável do departamento de propaganda junto do CC, e com responsáveis sectoriais

dessa departamento. Deslocou-se à Federação de Val-de-Marn onde teve contactos com o Secretário para a Propaganda da Federação e com os responsáveis de propaganda de secção e de empresa. Aí, a delegação encontrou-se também com o secretário da Federação Jean Claude Lefort, membro do CC, e com António Castro, vice-presidente da Câmara de

lvry, responsável pela informação municipal. A delegação visitou, igualmente, o Centro de Documentação do PCF e as instalações do «Humanité», onde foi recebida por responsáveis da direcção do jornal.

A delegação do PCP foi recebida por Henry Costa, membro do CC do PCF e da Secção de Política Exterior do PCF.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Perera Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.
Propriedade: Partido Comunista Português. Rua Soares Perera Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 769745.
Administração: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57.3.º D.º - 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra Tel. 31286.
Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361.
Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417.
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 639308.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 53-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.
Depósito legal n.º 205/82
Tiragem do número De Maio: 48 112

Assembleia da República

Os comunistas e o Programa do Governo

A política da «AD» mal disfarçada

Está tudo dito, arre-matou, na inter-vedadamente caracterizou o Governo e o seu programa, passou-se não no debate, mas à margem dele. Com a

desinteressantes e proposi-tadamente vagas. Alguns ministros nem sequer abri-ram a boca. Casos de Gonalha e de Soares da Costa, por exemplo, um na Saúde, outro na Agricultura, que nem a perguntas responderam.

intervenção televisiva do ministro das Finanças que fora da Assembleia anunciou os aumentos de preços. Com a entrada na mesa de um pedido de autorização legislativa para que o executivo possa vir a cumprir, em férias, as promessas feitas aos monopoli-istas - a abertura da banca, dos seguros e dos ci-mentos ao capital privado. Mas se as intervenções

dos ministros foram desin-teressantes e fugiram às questões colocadas, nem por isso deixaram de ser significativas. O projecto deste Governo é agravar as condições de vida dos traba-lhadores e das camadas mais desfavorecidas da po-pulação, continuar a política de destruição das conquis-tas de Abril, aumentar a de-pendência de Portugal em relação ao imperialismo.

Para tal conta com a «maior maioria». Para tal prepara-se - e anuncia - para entrar pela via repres-siva e atentatória das liber-dades.

esperanças a Mário Soares, e do deputado independen-te de «Os Verdes», o único grande partido que repre-senta na Assembleia e fora dela os interesses e as as-pirações da maioria dos portugueses que irão ver degradadas as suas con-dições de vida é o PCP. Ao longo das intervenções dos deputados comunistas isso ficou bem patente.

so estenal de velhas ami-zades que hoje se tornam públicas: de Acácio Barreiros que aplaude Mota Pin-to; do PS, entusiasmado, batendo palmas a Ângelo Correia; de Mário Soares abraçando João Salgueiro e fazendo o elogio público e veemente do brilhantismo de Mota Pinto; de José Niza saltando em defesa de Gonalha. Tudo valeu para mostrar que o Partido So-

cialista, tal como aparece, nos objectivos que defende, nas medidas que avança, nas amizades que ostenta, se confunde com os parti-dos de direita.

Carlos Brito: «Luta firme e oposição revigorada»

(...) Chegados ao fim do debate, importa perguntar: e agora - o Programa do Governo, os discursos e as explicações ministeriais, as provas prestadas pelos ministros dissiparam a descrença e atenuaram a hostilidade? Dito de outra maneira: o Governo convenceu, incutiu perspectivas e esperanças?

A resposta é tão óbvia que se torna quase penoso dizê-la. O debate não adiantou nada de bom. O Governo não convenceu. A política que se propõe realizar já foi largamente experimentada durante os Governos da AD, como ontem singelamente reconheceu o ministro das Finanças cessante, e os seus resultados são desastrosos.

Os problemas nacionais não vão ser resolvidos e serão mesmo agravados nos seus aspectos essenciais.

Afirmá-lo e denunciá-lo é a única atitude responsável que se pode assumir no termo deste debate. É este estado de espírito desmistificador, que pode permitir que amadureçam as soluções que têm que ser encontradas no quadro do 25 de Abril e não nos compromissos com o antigamente.

O Programa do Governo, despojado da roupagem formal com que se adorna, é uma tremenda listagem de medidas visando: - A redução drástica do poder de compra e das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

- O prosseguimento da ofensiva contra as nacionalizações e a Reforma Agrária.

- A continuação das orientações económicas restritivas, de estagnação, de paralisação e mesmo de retrocesso.

- O ataque às liberdades e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

Ainda antes de concluído este debate o Governo resolveu assiná-lo não só com a desvalorização do escudo, mas também com a primeira girândola de aumentos dos géneros de primeira necessidade. É significativo! Seguem-se as contenções dos salários, reformas e pensões com a óbvia redução do poder de compra das populações, o pagamento a singelo das horas extraordinárias, os planos para pagar o 13.º mês em títulos de dívida pública, o agravamento da carga fiscal através do aumento dos impostos indirectos e do imposto profissional. Avultam como particularmente gravosas a manutenção das taxas de saúde, o incumprimento da Lei de Finanças Locais e a anunciada liberalização das rendas com o seu cortejo de gravíssimas implicações sociais.

A abertura ao grande capital dos sectores básicos da economia - a banca, os seguros, os cimentos e os adubos - é a prioridade fundamental do Governo, juntamente com o prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária.

A ausência no Programa de medidas que visem a reposição da legalidade democrática na zona de intervenção, designadamente a execução dos 144 acordões do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis às UCP's, tal como os projectos de revisão da lei do arrendamento rural, ilustram de maneira evidente o agravamento da ofensiva contra as transformações democráticas efectuadas depois do 25 de Abril.

No que toca às grandes orientações económicas o que o Programa comporta é a manutenção das elevadas taxas de juro, a severa restrição do crédito, a redução do mercado interno, a estagnação da produção, a contenção do investimento, o congelamento e o adiamento da decisão sobre os grandes projectos nacionais, o agravamento dos défices e do endividamento externo, a sujeição ao FMI, a absolutização da integração na CEE como condicionante da vida económica, o agravamento da dependência em relação ao imperia-lismo.

O Programa desenha os contornos de um novo ataque às liberdades e direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral. Desde logo o Governo prepara-se para pôr em prática profundas alterações à legislação laboral - liberalizando os despedimentos colectivos e a suspensão de trabalhadores, restringindo gravemente o exercício do direito à greve, reduzindo os direitos adquiridos em matéria de férias, faltas e feriados com vista a intensificar a exploração dos trabalhadores. O Governo anuncia a revisão da legislação que após o 25 de Abril veio garantir os direitos de reunião e manifestação, bem como a referente ao próprio direito de associação, o que é extremamente preocupante, sobretudo quando combinado com os preparativos de uma lei de segurança interna e o plano de coordenação de todas as polícias.

No conjunto dos objectivos que o Programa do Governo contém o ponto nuclear reside na restauração do poder económico e político

do grande capital. As alavancas desta política estão fundamentalmente na alteração da lei de delimitação de sectores e na global alteração da legislação laboral. O significado e o alcance extremamente graves destas medidas para o regime democrático não carece de ser sublinhado por nós. Basta ir aos Diários da Assembleia da República e ver o que foi afirmado em 1981 pela bancada do PS. Nessa altura os deputados socialistas disseram e bem que «a abertura dos sectores básicos à iniciativa privada é inconstitucional». E concluíam também correctamente que a abertura «é injusta e iníqua porque permite a apropriação por alguns da riqueza que a todos pertence». «O PS - dizia então - não assistirá de braços cruzados à refeudalização do crédito, do emprego, da informação e por fim do voto».

O Governo do PS instrumentaliza agora a grave crise económica e financeira com que o País se debate para cobrir e justificar esta operação que em 1981 verberou. Ao mesmo tempo que se prepara para adoptar um conjunto de medidas para desarmar a luta dos trabalhadores e a resistência popular.

(...) O debate demonstrou que os sucessivos apelos à corresponsabilização da oposição visam tanto envolver numa teia de pressões, intimidações e chantagens a verdadeira oposição democrática, e o movimento dos trabalhadores como dar cobertura à colaboração que já aqui se evidenciou entre o Governo e o CDS.

Um Governo liderado pelo PS, que se recusou logo após as eleições a dialogar com o PCP sobre a crise e a nova situação criada, não pode com credibilidade apresentar-se como campeão da busca de soluções consensuais.

O PS optou por uma arranja de Governo que defraudou a vontade expressa do eleitorado em 25 de Abril.

Bem pode o Primeiro-Ministro proclamar que o PSD também venceu as eleições, para iludir os escrupulos que se manifestam no seu próprio partido.

O voto no PSD, nas suas linhas determinantes, tem um sentido completamente oposto ao voto no PS. O voto no PS foi um voto para mudar. Para pôr termo ao governo da AD e à sua desgraçada política. A votação no PSD representa precisamente o contrário. Representa a concentração de votos da direita -, o voto útil da direita - no partido que poderia superiorizar-se ao PS e legitimar por conseguinte a manutenção do Governo e a continuidade da política da AD. Apesar deste esforço, os partidos da direita que constituíram a AD perderam 547 mil votos, passaram de 47,2% da votação em 1980, para 39,9% em 1983, enquanto que o conjunto dos partidos e forças que estavam na oposição e aqui regressaram (PS, PCP, MDP, UEDS e ASDI) passaram de 45% em 1980 para 55% em 1983. Ganhou a vontade de mudar! Mas Mário Soares e o PS impõem ao País a vontade de continuar a AD, como exuberantemente se demonstrou neste debate.

(...) O Governo não oferece capacidade para resolver os problemas, o Governo não dá quaisquer garantias de estabilidade política e governamental. Não faltam episódios (e eles verificaram-se mesmo ao longo do debate) que testemunham o mal-estar, as divergências, os desacordos dentro de cada um dos partidos governamentais. O Governo é assim como que uma ponte que assenta em dois pilares rachados.

Esta circunstância ajuda a explicar porque é que a «maior maioria parlamentar de sempre» anseia por partir para férias e porque é que o Governo quer encerrar tão prontamente as portas da Assembleia para legislar sozinho, longe dos olhares da oposição, ao abrigo das perguntas do País.

O resultado das eleições de 25 de Abril criaram as condições institucionais para um governo democrático e uma política democrática.

A possibilidade real duma alternativa democrática gorou-se no imediato apenas porque Mário Soares e o PS assim o quiseram, contrariando o sentido do voto popular e os interesses e as necessidades do País.

Estas circunstâncias dão, no entanto, uma grande força e uma grande legitimidade à atitude de firme oposição face à política e ao Governo do PS/PSD, à resistência popular, no quadro da legalidade, às suas medidas mais injustas, à luta pela sua queda e substituição por um governo democrático.

O Governo é incapaz e é fraco. Mas o processo da sua substituição exige luta firme e oposição revigorada.

Trabalho

Jerónimo de Sousa: «Tréguas a quê?»

Em nome do patriotismo, proclamando a solidariedade nacional, o senhor primeiro-ministro reclamou uma trégua social e política. No que toca aos trabalhadores e aos seus direitos o que se exige no Programa não é trégua, mas sim capitulação.

Que trégua e alternativa para os cerca de 100 000 trabalhadores com os salários em atraso? Que trégua para os trabalhadores da CIFA que vendem já os seus magros bens para matar a fome que alastra em aldeias inteiras da zona onde se situa a imprensa? Que trégua para os trabalhadores da CTM em luta contra os despedimentos e o desmantelamento da empresa? Que trégua e alternativa para as centenas de milhares de trabalhadores que lutam contra o tecto salarial, pelo desbloqueamento de 46 convenções colectivas e pela revogação das Portarias de exten-

são ilegalmente publicadas? Que trégua para os trabalhadores que ao longo dos últimos anos foram vítimas da repressão do arbítrio e da ilegalidade patronal e dos governos do PSD e do CDS? Que trégua e alternativa para os trabalhadores das empresas com dificuldades económicas, onde para além da ameaça constante da aplicação do Decreto n.º 201/83, surge agora este Governo a querer alargar o conceito de justa causa, promover os despedimentos colectivos através da alteração à lei dos despedimentos e ameaçar com o encerramento das empresas? Porque se pede trégua social e logo de seguida se ameaça restringir a liberdade de expressão e manifestação logo no II Capítulo do Programa? É trégua ou capitulação que o Governo pretende quando tenta alterar, desfigurar e administrativizar o direito à gre-

ve pela via da proibição dos piquetes de greve e sujeitar a definição dos serviços mínimos essenciais à opinião de um qualquer ministro ou funcionário do Ministério do Trabalho?

(...) O senhor primeiro-ministro quando falou em tréguas aceitou o pressuposto de que havia uma guerra. Só que, sob um falso neutralismo colocando-se de um dos lados dos beligerantes, do lado do grande patronato e contra os trabalhadores, perde o direito moral de reclamar a paz na medida em que faz a guerra aberta a favor de uma das partes.

(...) A matriz programática deste Governo PS/PSD em relação ao mundo do trabalho, teve como fonte de inspiração alguns dos grandes objectivos rejeitados da defunta AD. Rejeitando o concurso, a disponibilidade e as potencialidades dos trabalhadores para a

resolução dos grandes problemas nacionais este Governo escolheu o caminho pior. Confunde, de uma forma meramente aritmética, a base eleitoral com base social de apoio. Exige cegamente a força dos braços dos trabalhadores, exige-lhe a capitulação e sacrificios incomportáveis, recusa o seu poder criativo, as suas inteligências, propõe-lhe mais exploração e menos direitos para garantir a manutenção de privilégios e benefícios ao grande capital. Se este plano fosse levado a cabo, quando o tal período de emergência tivesse terminado, os trabalhadores e o povo português e o nosso país estariam piores, e o regime democrático mais enfraquecido.

Julgávamos que as duras lições da história recente tinham sido aprendidas pelo Partido Socialista. Tal não acontece.

Política económica

Octávio Teixeira: «Continuar a política AD»

(...) O Programa do Governo PS/PSD, e no que à política económica e financeira concerne, não assenta apenas numa profunda deturpação das causas e factores reais da crise económica em que o País se afunda: o Programa afronta abertamente as realidades e transformações da economia portuguesa após o 25 de Abril e visa aprofundar os aspectos fulcrais da ofensiva dos últimos anos visando a sua destruição.

Duas são as grandes linhas de força deste Programa de Governo:

1.ª - Continuar e aprofundar a política tendente à liquidação do sector público da economia, à reconstrução dos grupos monopolistas e à restauração latifundiária.

Dal a referência doentia, e substancialmente falsa, aos défices de empresas públicas, silenciando por completo a política de asfixiamento e destruição que tem vindo a ser seguida, e o elogio do grande capital e da chamada economia de mercado ergindo-os, sem qualquer fundamentação, nos

agentes fundamentais e exclusivos da necessária transformação estrutural da economia nacional;

2.ª - Intensificar a exploração dos trabalhadores e a repressão laboral, deteriorar as condições de vida dos pensionistas e reformados, agravar a situação dos pequenos e médios empresários.

O Programa do Governo, o discurso de abertura do Primeiro-Ministro, a oração esta tarde produzida pelo ministro das Finanças, caracterizam-se por invertem por completo a realidade.

Os culpados pela crise são absolutos e premiados. Os atingidos pela política de direita, os sacrificados pela crise, são severamente penalizados e ameaçados.

O PPD/PSD, responsável máximo de governos que conduziram o País à ruína situação em que se encontra, mantém-se no Poder pela mão prestimosa e amiga do PS. Ao grande capital interno e externo, responsável pela exportação ilícita de capitais, pela

fraude e evasão fiscais, pelo contrabando e especulação, pretende o Governo, liderado pelo PS, obsequiar com a abertura dos sectores da banca e dos seguros, dos cimentos e dos adubos, com a oferta em bandeja dourada de projectos de investimento rentáveis estudados e elaborados a expensas do Orçamento e acompanhados do crédito suficiente, de isenções fiscais e subsídios financeiros e, até, de capital de risco.

Em contrapartida, os trabalhadores e outras camadas não monopolistas são acusados de responsáveis pela crise económica e financeira, ameaçados com a restrição dos direitos laborais e com a redução drástica do seu poder de compra. As empresas públicas pretende-se impor o atrofiamto crescente e a inviabilização a prazo. Aos trabalhadores pretende o Governo PS/PSD exigir que paguem a crise, que suportem por inteiro os custos da restauração do capital monopolista do nosso país.

(...) A campanha em torno

da crise, que é real, agitada pelo dr. Mário Soares e pelo seu Governo, não tem, porém, correspondência em medidas tendentes à resolução dos problemas nacionais. Essa agitação tem como objectivos tentar justificar a abertura da banca e outros sectores rentáveis ao grande capital, a repressão dos trabalhadores, a intensificação da acumulação e da concentração capitalista, para tentar justificar o recurso a novos empréstimos externos em condições financeiras e políticas ainda mais gravosas, quíçá com contrapartidas de âmbito militar.

A verdadeira posição patriótica que neste momento se pode assumir não é colaborar com campanhas mistificadoras, mas falar verdade, levar ao conhecimento dos portugueses que a política do Governo PS/PSD não resolverá os mais graves problemas estruturais de que o País padece, antes os aumentará e agravará.

É essa a posição patriótica que assume o PCP.

Salários e preços

Ilda Figueiredo: «Quem vai pagar a crise»

(...) Aí está a «solidariedade» «e o consenso social» pedidas pelo Primeiro-Ministro e seu Governo PS/PPD: para os trabalhadores e para os camponeses o aumento brutal dos preços de bens de primeira necessidade, mesmo daqueles que estão em queda nos mercados internacionais como o açúcar e o aumento dos factores de produção; para o grande capital entrega nos primeiros dias da banca, dos seguros, dos adubos e dos cimentos.

Até está assegurada a continuidade das políticas de crise ontem mesmo aqui simbolizada através do abraço de cumprimentos do Primeiro-Ministro Mário Soares ao actual deputado João Salgueiro no final da sua intervenção justificativa da política de desastre nacional praticada nos últimos anos.

vernaentes de ontem são os governantes de hoje, a política de hoje é a mesma que tivemos até agora. O senhor Primeiro-Ministro diz que as coisas estão mal, que há uma situação de emergência nacional, pede-se solidariedade nacional, com urgência.

Mas se este Programa fosse levado à prática seriam sempre os mesmos a pagar a crise. Sempre os mesmos! Há neste momento milhares de famílias que sobrevivem abaixo dos níveis de subsistência. A fome é já uma realidade para famílias inteiras que trabalham em fábricas onde os salários não são pagos há meses (e a CIFA não é exemplo único!). Mas centenas de milhares de trabalhadores estão ameaçados de idêntica sorte.

O actual Ministro das Finanças chamou a esta política uma «terapêutica dolorosa».

Mas dolorosa para quem? Ao retomar as velhas receitas monetaristas o Governo PS/PPD visa fazer cair sobre os trabalhadores e outras camadas da população de menores rendimentos a factura da crise provocada pelos sucessivos governos de direita.

Em vez de ir sacar ao grande capital os mais de 100 milhões de contos anuais de fuga ao fisco, o Governo pretende ir buscar-los, pelo aumento dos preços de bens e serviços essenciais, aos bolsos já vazios dos trabalhadores.

(...) Outra certeza foi igualmente explicitada no Programa e nos discursos: «a taxa de crescimento da massa salarial será inferior à taxa de crescimento médio dos preços». A gravidade desta afirmação é de tal ordem que só por si bastaria para aquilatar dos reais interesses de classe que este

Governo pretende acautelar. (...) O Governo pretende esconder que só o controlo efectivo dos preços e o aumento dos salários reais permite a dinamização do mercado interno e contribui para o aumento da produção nacional, nomeadamente através do aproveitamento da capacidade produtiva instalada e dos recursos nacionais.

Não é com uma política contra os trabalhadores e o apertar do cinto das populações mais carenciadas que se resolvem os problemas do País. Pelo contrário! É com a melhoria das condições de vida da população e o empenhamento dos trabalhadores que se vence a crise, o que exige uma política diferente pela qual continuaremos a lutar!

Governo manda a maioria rejeitar proposta sobre a ANOP

Foi antontem rejeitada uma proposta de resolução recomendando a adopção urgente de medidas que deveriam permitir o relançamento da ANOP. A proposta, da autoria do PCP, recebeu os votos favoráveis dos comunistas, do MDP, da UEDS e do deputado independente de os «Os Verdes». Contra, votaram os partidos da maioria e o seu apêndice ASDI. O CDS absteve-se.

Em breve declaração a encerrar um longo debate, o presidente do grupo parlamentar do PCP, Carlos Brito, anteendo o resultado que veio a verificar-se, anunciou que os comunistas irão apresentar as iniciativas legislativas adequadas para que o problema da ANOP seja resolvido e defendidos os interesses dos trabalhadores.

A proposta comunista fora apresentada pelo deputado Jorge Lemos que recordou as múltiplas iniciativas parlamentares desen-

volvidas pelo PCP e pelos partidos então na oposição na passada legislatura, combatendo firmemente o propósito ilegal do Governo «AD» da extinção daquela agência noticiosa. A AR - disse Jorge Lemos - não pode deixar de considerar (...) que é urgente, no quadro da nova situação política desta Assembleia, resultante das eleições legislativas do passado 25 de Abril, a adopção de medidas de emergência que, de uma vez por todas, possam pôr cobro às sequelas da acção ilegal e nefasta do Governo da «AD» contra a ANOP e permitam a defesa, o desenvolvimento e a expansão da Agência Noticiosa Portuguesa.

A aprovação do Orçamento da ANOP para o ano de 1983: a celebração de um Acordo de Saneamento Económico-Financeiro para a empresa; a descentralização e regionalização da Agência com alargamento

da rede de correspondentes e reabertura das delegações encerradas; o relançamento dos projectos de expansão da ANOP e a garantia da continuação da prestação de serviço a todas as empresas públicas e departamentos do Estado que rescindiram contrato com a Agência, eram as medidas constantes da proposta de resolução comunista.

Mas, se a actual maioria é diferente no que toca à composição partidária não se revelou diferente na vontade política de tratar de resolver com urgência os problemas da ANOP. Invocando razões formais, Almeida Santos, ajudado sobretudo por Magalhães Mota e por oradores da maioria, tentou desvirtuar o debate. A dado passo tratava-se mais de um eventual «conflito de competências» Governo/AR que do conteúdo da proposta do PCP. Em nome da independência do Governo

e dos misteriosos projectos que este fermentará e que ainda nem sequer discutiu, a maioria resolveu... não tomar medidas.

Impugnação

O PCP impugnou a admissibilidade da proposta de Lei 2/III que solicita autorização legislativa para o Governo alterar «alguns dispositivos da Lei de Delimitação dos Sectores», cujo processo de urgência deverá ser discutido hoje. A impugnação do PCP baseia-se na inconstitucionalidade que representa a abertura ao grande capital privado dos sectores bancário, segurador, adubeiro e cimenteiro, considerando que a proposta em causa retoma e decalca no seu aspecto fulcral as sucessivas iniciativas legislativas de anteriores governos sempre declaradas inconstitucionais pela instância constitucionalmente competente.

Assembleia da República

Política social e cultural

Zita Seabra:

«Se o PS não fosse o que é...»

(...) Seria legítimo pensar que se o PS não fosse o que é, não estivesse aliado a quem está, não servisse os interesses que serve e sobretudo tivesse uma prática socialista, que a prioridade das prioridades do Governo iria no momento de tão grave crise económica, para a imediata tomada de medidas sociais que evitam que sejam os mais carenciados e indefesos, a pagar o grosso, o fundamental da crise e as suas consequências. Mas, não será assim...

(...) Analisando brevemente a política social do Governo é sem dúvida irresistível começar pela saúde, pois foi com esse ponto iníquo que o País tomou conhecimento do nome do titular da pasta. Como alguém escreveu num semanário da área do Governo: «Mário Soares teve força para não pôr Gonelha no Trabalho mas não teve força para não incluir no Governo». Saber-se-á como e porquê a Trilateral vai tratar da saúde dos portugueses!

(...) O Ministério Gonelha não se propõe repor em vigor a lei do SNS, nem cumprirá, mas tão-só «reformular a lei». Mas reformular o quê? A AD revogou através do Decreto-Lei n.º 254/82, (artigo 17.º) 46 dos 62 artigos da Lei do SNS. São os artigos que sobram que o senhor ministro pretende reformular?

Mas a continuidade da política seguida pela AD é patente também na manutenção no fundamental das chamadas taxas moderadoras. E as taxas só por sim simbolizam as opções políticas de um governo. A sua criação implicou que os cidadãos deixassem de ter acesso aos cuidados de saúde em função de critérios clínicos, para passarem a ser seleccionados na base da sua condição económica, o que é inequivocamente lesivo das classes mais desfavorecidas da população, pois são esses que deixam de ter acesso aos serviços de saúde que passam a ser «moderados pelas taxas».

Em 1982 o PS na oposição votou aqui a favor da sua total revogação. Hoje, no Governo propõe-se mantê-las, isto é, continuar a penalizar financeiramente quem adoece.

(...) Se na educação o Programa prima pela falta de limpeza e precisão, se não tem prazos nem quantificações, na cultura o que o caracteriza é a ausência de significativos vectores de inovação. Não passa de uma carta de intenções.

A efectiva afeição da política cultural deste Governo, senhores deputados, resultará do que for feito ou não, da resposta que for dada a duas questões fundamentais: 1.º — de que modo vai dar cumprimento aos imperativos constitucionais que implicam um não sectorial fornecimento dos meios e instrumentos de realização cultural dos portugueses, combatendo a perspectiva elitista e conservadora a que a cultura tem sido submetida, apoiando as iniciativas diversificadas dos trabalhadores e das organi-

zações culturais; 2.º — a atitude do Governo face à situação escandalosa da marginalização por motivos ideológicos na Rádio e na TV dos artistas e grupos culturais cujo pensamento e acção são incómodos para quem prefere fazer má política com cultura em vez de política cultural. Veremos o que vai fazer o Governo.

(...) Por último uma breve palavra sobre o Programa do Governo para as mulheres. É claramente de notar que apresentando uma série de propostas que têm sido o fundamental da acção da Comissão da Condição Feminina, se exclua expressamente a legalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, que é sem dúvida um dos dramas que mais gravemente afecta a mulher portuguesa. Isto é tanto mais gritante quanto agora estamos ainda mais sós na Europa, só acompanhados pela Irlanda, na manutenção de uma legislação repressiva e atentatória dos direitos da mulher.

Agricultura

António Murteira:

«Existe uma alternativa»

(...) O programa agrícola do Governo é apenas o programa de desenvolvimento do capitalismo agrário, é o programa para e da CEE, mas não é o programa dos agricultores e trabalhadores agrícolas portugueses, não é o programa necessário ao desenvolvimento da agricultura portuguesa. Além disso, a parte agrícola do programa é de tal forma sectorial e discriminatória que nem uma só vez refere os trabalhadores agrícolas e as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Contudo, uns e outras existem, independentemente da vontade do Governo.

Daqui alertamos os pequenos agricultores, os rendeiros, os trabalhadores agrícolas, os técnicos, de que o projecto agrícola do Governo PS/PSD visa, através de uma

política repressiva de concentração latifundista e capitalista na agricultura, liquidar de forma brutal centenas de milhares de explorações de pequenos agricultores e rendeiros e liquidar as novas, eficientes e rentáveis empresas agrícolas que são as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária.

Daqui alertamos para a necessidade da unidade e da acção firmes em defesa dos interesses das classes e camadas laboriosas dos campos.

Existe alternativa ao programa do Governo e dos seus partidos.

(...) É preciso pôr cobro à política dos sucessivos governos que nestes anos conduziu:

- ao espantamento de 2000 pessoas (mulheres grávidas,

os 173 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver as terras às UCP's, mas que nenhum governo cumpriu até agora.

(...) A sabotagem alastra. De novo as terras entregues ao sector privado latifundista, barragens, pomares, azeitona, ficam ao abandono, semi-aproveitados enquanto mais de 15 000 trabalhadores agrícolas do Sul, sobretudo jovens e mulheres, vivem de novo dias amargos, sem trabalho, sem pão.

(...) Não temos ilusões quanto à política que este governo procurará levar a cabo. Mas não temos igualmente dúvidas de que essa política antipopular encontrará pela frente a resistência da classe operária e do povo trabalhador, no quadro da Constituição e da legalidade democrática.

(...) Não temos ilusões quanto à política que este governo procurará levar a cabo. Mas não temos igualmente dúvidas de que essa política antipopular encontrará pela frente a resistência da classe operária e do povo trabalhador, no quadro da Constituição e da legalidade democrática.

os 173 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver as terras às UCP's, mas que nenhum governo cumpriu até agora.

(...) A sabotagem alastra. De novo as terras entregues ao sector privado latifundista, barragens, pomares, azeitona, ficam ao abandono, semi-aproveitados enquanto mais de 15 000 trabalhadores agrícolas do Sul, sobretudo jovens e mulheres, vivem de novo dias amargos, sem trabalho, sem pão.

(...) Não temos ilusões quanto à política que este governo procurará levar a cabo. Mas não temos igualmente dúvidas de que essa política antipopular encontrará pela frente a resistência da classe operária e do povo trabalhador, no quadro da Constituição e da legalidade democrática.

(...) Não temos ilusões quanto à política que este governo procurará levar a cabo. Mas não temos igualmente dúvidas de que essa política antipopular encontrará pela frente a resistência da classe operária e do povo trabalhador, no quadro da Constituição e da legalidade democrática.



O Comício de Amizade PCP-PCUS no salão dos «Penicheiros», no Barreiro, deixaria centenas de pessoas à porta, impossibilitadas de entrar e entusiasmo invulgar; quando o camarada Eduard Chevardnadze pegou numa jovem pioneira ao colo e a trouxe para a mesa da sessão, os aplausos...

PCP / PCUS — Laços mais apr...

Como noticiámos, esteve entre nós durante toda a passada semana uma delegação do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) dirigida pelo camarada Eduard Amróvitch Chevardnadze, membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista da Geórgia e deputado ao Soviete Supremo da URSS; a delegação soviética que veio ao nosso País a convite do Comité Central do PCP, integrava ainda os camaradas Aleksandr Aleksándrovitch Khomiakov, membro do CC do PCUS e deputado ao Soviete Supremo da URSS, e Iuri Aleksándrovitch Cilin, chefe do grupo de consultores da Secção Internacional do CC do PCUS.

Por questões de tempo, não pudemos referir mais detalhadamente no nosso último número os principais pontos da visita desta delegação, o que fazemos agora, dando um breve balanço das visitas e dos encontros dos camaradas soviéticos no que constitui uma frutuosa abordagem pela delegação soviética de alguns aspectos das realidades industrial, agrícola e autárquica do Portugal de Abril. Na noite de quarta-feira passada teria lugar no salão dos «Penicheiros», no Barreiro, um vibrante comício de Amizade PCP-PCUS, onde seriam oradores Eduard Chevardnadze e Álvaro Cunhal, cujos discursos publicámos no nosso último número.

Nota de reportagem: «Noventa milhões de pessoas já participaram, na URSS, em marchas da paz». Esta informação impressionante deu-a com naturalidade, o camarada Eduard Chevardnadze durante a sua estadia entre nós, articulando-a com outras de igual sentido e mesma naturalidade, preferidas nas diversas ocasiões em que ele ou outro membro da delegação soviética usaram da palavra. A causa da paz seria uma constante nos discursos da delegação do PCUS que nos visitou, e a sua abordagem um vivo ponto de encontro nos contactos com organizações portuguesas.

Se a paz e progresso dos povos surgiram invariavelmente como preocupação central dos visitantes soviéticos, a necessidade da sua defesa através do decidido combate ao belicismo imperialista, seria o contraponto afirmado com igual nitidez pela delegação. «Quando nós, soviéticos, falamos de luta pela paz há quem nos chame propagandistas» — afirmava o camarada Aleksandr Khomiakov perante todo o executivo da Câmara Municipal de Setúbal — «Tratando-se, como se trata, de algo tão vital para a Humanidade, essa afirmação que pretende ser caluniosa acaba por reconhecer o nosso real empenhamento nessa grande causa; pois sejamos

propagandistas da paz! E não é possível ganhar a batalha da paz sem unir todos os partidos, cidades, Câmaras, Estados nesse objectivo fundamental». A esse propósito e ainda na CM de Setúbal, o chefe da delegação soviética, camarada Eduard Chevardnadze, dizia: «ontem visitámos o presidente da Assembleia da República, Tito de Morais, que diria uma frase com grande importância — se se desencaixar uma guerra nuclear, as cidades pequenas sofreriam muito. Pois eu digo que ninguém sobreviverá numa catástrofe dessas. A opção só pode ser uma e muito clara: impedir tal conflito — o que está ao alcance de todos nós pois as forças amantes da paz e do progresso são as mais poderosas, no mundo».

Eis a nota de reportagem necessária, no fundo um destaque legítimo do muito que aconteceu em seis dias de contacto com a delegação soviética; o destaque de uma preocupação que na Lisnave, com os operários da construção naval, em Avis, com os operários agrícolas da Reforma Agrária, ou nas Câmaras de Setúbal e Beja, com representantes do Poder Local democrático, emergiu com vigor e empenho no discurso dos visi-

tantes. O vigor de quem, sendo vencedor de uma guerra monstruosa, conhece na carne o valor da paz; o empenho de quem, amando a paz e a humanidade, sabe pela sua própria força militar que a alternativa à paz e ao desarmamento é a destruição do planeta.

Verbas «a mais» A delegação soviética visitaria com algum pormenor na quarta-feira, as instalações da Setenave, em Setúbal, e a Câmara Municipal desta cidade, e no dia seguinte a Câmara Municipal de Évora e a Cooperativa Agrícola 1.º de Maio em Avis. O Comício de Amizade PCP-PCUS realizar-se-ia na noite de quarta-feira no Barreiro, como já referimos.

A visita à DORS do PCP comearia na manhã de quarta-feira com um encontro no CT de Almada; a delegação soviética era aguardada pelos camaradas Américo Leal e Luísa Araújo, ambos membros da DORS e do CC do PCP e João Neves, da DORS. Américo Leal e João Neves apresentaram o Distrito de Setúbal, as suas realidades sociais, económicas e políticas, a sua tradição de luta antifascista, onde a influência do Partido sempre desempenhou um papel fundamental. O camarada Aleksandr Khomiakov abordaria por seu lado alguns aspectos da vida da sua República (a Geórgia) e do seu País, dando realce à tarefa, confirmada no XXVI Congresso do PCUS, de elevar mais e mais o nível de vida do povo soviético. «Isso não significa só o aumento dos bens de consumo — especificaria — mas também o aumento dos níveis intelectual, cultural, profissional e espiritual do povo». Tais resultados alcançaram-se através do desenvolvimento científico e do processo produtivo.

A tarde a delegação deslocou-se à Setenave, em Setúbal. Guardada por uma numerosa representação das organizações dos trabalhadores, a delegação soviética encontraria aí a primeira expressão do grande apreço dos trabalhadores portugueses, sendo efusivamente cumprimentada nas diversas instalações em laboração que visitou. As prendas surgiram a selar um entusias-

mo recíproco e mais tarde, após encontros de boas-vindas com representações da administração da empresa e dos trabalhadores, no Centro de Formação da Setenave, o entusiasmo ficaria etéreo e sublinhado no encontro nas instalações das organizações dos trabalhadores. Seguir-se-ia a recepção na sala das sessões da Câmara de Setúbal, da delegação, estando presentes os vereadores — PCP, PS e PSD. Num ambiente grande cordialidade trocaram-se informações sobre a autárquica nos respectivos municípios, surgindo um clima que fez sorrir todos os presentes; enquanto, por parte da mara de Setúbal (de maioria absoluta APU), as «questões assentavam na conhecida de verbas imposta por sucessivos governos de direita não cumprimento da Lei de Finanças Locais, da parte da «maioria» estava a possibilidade de aproveitamento dos recursos postos à disposição pelo Estado por parte de mão-de-obra! Galtelmente vereadores do PCP do PS «esgrimiram» uns e outros esta inesperada possibilidade de intercâmbio económico luso-soviético...

«A única solução justa» Évora, a mais importante cidade do Sul do País, local nacionalidade desde o 1.º de Portugal e antiga sede dos grandes latifundiários como recordou o seu presidente de Câmara, camarada Fernandes, na recepção à delegação soviética, seria o meio local de visita de quarta-feira, logo pela manhã. Aguardavam-na os camaradas Miranda, membro da Comissão Política do CC do PCP, e António Dias, membro do CC do PCP, o presidente e o leitor, também do Partido, extraordinário trabalho realizado por esta Câmara APU detém a maioria absoluta e resumido com muita clareza pelo presidente da edilidade que receberia em resposta seguinte comentário do chefe da delegação soviética: «As suas palavras confirmam a importância da chegada de boa gente ao município».

Comunicado conjunto PCP/PCUS

De 20 a 26 de Junho esteve em Portugal, a convite do CC do Partido Comunista Português, uma delegação do Partido Comunista da União Soviética, chefiada pelo camarada E. A. Chevardnadze, membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS e Primeiro-Secretário do CC do Partido Comunista da Geórgia. Integravam ainda a delegação os camaradas A. A. Khomiakov, membro do CC do PCUS e Primeiro-Secretário do Comité Regional de Tambov do PCUS, e I. A. Gilin, responsável do Grupo de Consultores da Secção Internacional do CC do PCUS.

A delegação do PCUS realizou conversações com a delegação do Comité Central do Partido Comunista Português composta por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Sérgio Vilarigas e Carlos Costa, membros da Comissão Política e do Secretariado e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

Durante a sua estadia em Portugal a delegação do PCUS contactou directamente com aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP. No distrito de Setúbal encontrou-se com uma delegação da Direcção da Organização Regional, visitou os estaleiros navais da Setenave e foi recebida na Câmara Municipal de Setúbal. Visitou a cidade de Évora onde foi recebida na respectiva Câmara Municipal. Em Avis visitou a União de Cooperativas locais e a UCP-Cooperativa 1.º de Maio onde tomou contacto directo com a realidade da Reforma Agrária e contratou com os trabalhadores. Encontrou-se também com uma delegação do PCP sobre o trabalho sindical dirigida por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, e encontrou-se com o Secretariado da Comissão Central da JCP. No dia 22 realizou-se no Barreiro um Comício de Amizade PCP/PCUS em que usaram da palavra Álvaro Cunhal e Eduard Chevardnadze.

Eduard Chevardnadze foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes. Avistou-se com Tito de Morais, presidente da Assembleia da República. A delegação teve ainda um encontro com dirigentes da Associação Portuguesa de Amizade.

Durante as conversações, que decorreram num ambiente de fraternal amizade e camaradagem que caracteriza as relações entre o PCP e o PCUS foram trocadas informações e opiniões sobre a situação dos respectivos países e a actividade dos dois Partidos, sobre questões de actualidade da situação internacional e do movimento comunista e operário.

A delegação do PCP informou sobre a situação em Portugal, sobre a luta conduzida pelo Partido em permanente e estreita ligação com a classe operária e as massas populares para defender as conquistas da Revolução de 25 de Abril e o regime democrático que as consagra e por uma viragem democrática na vida nacional. Pôs em relevo o papel determinante do movimento operário e popular no desmantelamento da coligação reaccionária da AD, na destituição do seu governo, na derrota do seu perigo plano subversivo, nas vitórias democráticas alcançadas nas últimas eleições para as autarquias locais e para a Assembleia da República. Sublinhou a política que o PCP propõe ao País para vencer a crise, resolver os graves problemas nacionais e alcançar uma alternativa democrática.

A delegação do PCUS exprimiu a sua fraternal solidariedade para com o Partido Comunista Português e qual reforçou as suas posições e a sua influência no País e estreitou ainda mais os seus laços com as massas trabalhadoras na luta em defesa das conquistas da Revolução portuguesa, prosseguida uma política baseada nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

A delegação do PCUS informou a direcção do PCP sobre o trabalho realizado pelo PCUS, pelo seu Comité Central e pelo Bureau Político do CC, encabeçado pelo camarada I. V. Andropov, secretário-geral do CC do PCUS, para levar à prática as resoluções do XXVI Congresso do PCUS e dos Plenários do CC do PCUS de Novembro de 1982 e 1.º de Junho de 1983, orientadas para o aperfeiçoamento da sociedade socialista desenvolvida edificada na URSS, assim como para a salvaguarda da paz e a presença de uma guerra termonuclear.

A delegação do PCP expressou o elevado apreço dos comunistas portugueses pelas realizações e êxitos do PCUS e da URSS no desenvolvimento multilateral do socialismo e pela sua persistente e consequente política de paz e de solidariedade internacionalista. Tal rea-

lidade constitui uma contribuição inestimável para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e para a defesa da paz mundial.

As duas delegações reafirmaram a vontade dos respectivos partidos de contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade entre o povo português e o povo soviético assim como entre Portugal e a União Soviética com base nos princípios da igualdade, das vantagens recíprocas, da não ingerência nos assuntos internos, do respeito pela soberania. Evocando as imensas potencialidades de cooperação nos domínios económico, comercial, científico, tecnológico, cultural e outros, sublinharam que o desenvolvimento de tais relações é de interesse dos dois povos e países e serve a causa da paz e do desanuviamento internacional.

As duas delegações reafirmaram a vontade dos respectivos partidos de contribuir para o desenvolvimento das relações de amizade entre o povo português e o povo soviético assim como entre Portugal e a União Soviética com base nos princípios da igualdade, das vantagens recíprocas, da não ingerência nos assuntos internos, do respeito pela soberania. Evocando as imensas potencialidades de cooperação nos domínios económico, comercial, científico, tecnológico, cultural e outros, sublinharam que o desenvolvimento de tais relações é de interesse dos dois povos e países e serve a causa da paz e do desanuviamento internacional.

As duas delegações expressaram o seu apreço pelas realizações e êxitos dos respectivos países e pela sua persistente e consequente política de paz e de solidariedade internacionalista. Tal realidade constitui uma contribuição inestimável para a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos e para a defesa da paz mundial.

Denunciaram as brutais campanhas de mentiras e calúnias anti-comunistas e anti-soviéticas com os objectivos de desmoralizar e descredibilizar a Administração Reagan procurando justificar a corrida aos armamentos e a implementação do armamento nuclear a aventura, opor-se ao crescimento do movimento popular profundo em paz, prosseguir de facto preparativos de guerra nuclear. Denunciaram em particular a acção dos meios de comunicação norte-americanos, do sentido de sabotar as negociações de Genebra e impor a instalação na Europa dos seus mísseis o que, a concretização socializaria uma situação nova perigosamente perigosa para os povos do continente e para a paz mundial.

As duas delegações puseram em relevo a importância do apoio diversificado movimento popular pela paz e o desarmamento e o empenho dos seus respectivos países, segundo as condições específicas dos respectivos países para o seu fortalecimento.

A delegação do PCUS informou sobre as últimas iniciativas de paz da União Soviética, para afastar a ameaça de guerra, para o fim da corrida aos armamentos, para a criação de um novo convénio de desarmamento a todas as potências nucleares para assegurar o compromisso de não serem os primeiros a utilizar as armas nucleares e o compromisso de não utilizar as armas nucleares em caso de guerra. A delegação do PCUS informou sobre a importância da participação do PCP na realização do tratado de não proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição massiva.

Sublinharam que a ofensiva militarista do imperialismo, e em primeiro lugar dos EUA, visa romper o equilíbrio e alcançar a supremacia de militar sobre a URSS e os países socialistas, sustar a marcha irreversível dos povos pelo caminho da independência nacional, do progresso social e do socialismo, impedir a hegemonia imperialista nos assuntos mundiais.

Corrupção

João Amaral:

«Quando se começa?»

Reporto-me ao «combate à corrupção».

Diz o Programa do Governo que, cito, «é preciso começar esse combate».

«Se é preciso «começar», é porque ainda não começou o que não deixa de ser uma boa frechada no PPD/PSD, que teve responsabilidades de governo nestes últimos 3 anos...

Mas, peguemos nas palavras citadas, e vejamos como é possível começar o combate à corrupção.

Sr. primeiro-ministro: são do conhecimento público sérias e fundadas suspeitas e acusações de corrupção envolvendo as «realidades da AD que ocupam os lugares no Estado. Então, não é por aí que se deve começar o quê?»

Há o caso do ex-secretário de Estado Goulão e das reservas atribuídas ao seu assessor, engenheiro Prates Caneças. Há todo o espantoso rol de

ilegalidades e arbitrariedades que constituem o traço característico da política do MAP na atribuição de reservas e nos leilões de terras.

Há o escandaloso processo de desongramento dos bens do sr. Afonso Pinto de Magalhães, sabido que, por meios confesadamente ilegais, esse senhor desviou do banco um quantitativo superior a dois milhões de contos.

Há o caso de Jorge de Brito, «premiado» pelo Despacho n.º 93/82, do governo AD.

Recordo ainda a entrega da impressão dos boletins do «Tobolá» à empresa Mirandela, o caso EPAC/AGA, a aquisição dos novos aviões para a TAP, as negociações em torno dos «transportes alternativos», e toda uma longa lista que naturalmente é do conhecimento do Governo.

Quanto à nomeação para lugares da Administração Públi-

ca: não viu que, só lugares de «assessores», foram criados, pela AD, 371? Não viu os despachos do sr. ex-secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho, que no mesmo dia, em fins de Março, exonera (e louva...) o seu chefe de Gabinete e nomeia-o vogal da Comissão Administrativa do Fundo de Turismo por «urgente conveniência de serviço»? Conhece a história do ex-ministro do Trabalho que, em diploma assinado por ele e pelo secretário de Estado Figueiredo Lopes, definem tais e tão particulares condições (excepcionais) de ingresso a um cargo superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional que nelas só podia caber... um adjunto do seu exíguo gabinete?

(...) O sr. deputado José Luís Nunes afirmou aqui que a forma como tem sido feito o combate à corrupção era uma «vergonha nacional», afirmando designadamente que se tem confundido «com a vingança e

com a confrontação pessoal». Bem sabe o senhor deputado que a questão não é essa. É que corrupção tem havido, e a partir de altos lugares. O que o regime democrático não pode suportar é que não tenha havido combate à corrupção desde logo porque quem o deveria ter feito não estava de mãos limpas nem de consciência tranquila. Como quer, sr. deputado, combater a corrupção sem tocar nos corruptos? O sr. deputado chega a encontrar na abertura de sectores nacionalizados ao sector privado uma forma de combate à corrupção... Mas então, e o sr. Pinto de Magalhães? E o sr. Jorge de Brito? Aliás, digo-lhe, o que valeria e valeria a pena é investigar cuidadosamente como é que empresas de maioria de capital do Estado têm sido entregues ao sector privado. Por exemplo, como é que a ALCO, com 99,7% do capital do Estado, foi entregue aos Mellós!

Comunicação social

Jorge Lemos:

«O governo nada diz»

(...) «O PSD é uma formação política sobre a qual se tem vindo a acumular um pesadíssimo rol de incompetências e atropelos na área da comunicação social.»

Com estas palavras qualificava, nesta Assembleia da República, em 4 de Novembro do ano passado, o então deputado do Partido Socialista Jaime Gama (hoje promovido a ministro dos Negócios Estrangeiros), o escândalo público que envolveu o governo do PSD e do CDS na tentativa de extinção da ANOP.

Tais declarações levariam a pensar que, logo que chegasse à área do Governo, o PS daria prioridade à correcção das situações de ilegalidade e atropelo, se poria fim à incompetência do PSD e dos seus apuniguados à frente da comunicação social do Estado.

Mas sobre isso nada nos diz o Programa do Governo. Ao

contrário da correcção de situações de incompetência, de atropelo e de manipulação, o PS levou consigo para o Governo o partido mais responsável pela existência de tais situações, o maior responsável pela política dos governos da AD.

No Programa do Governo, para além de um enunciado de intenções (aliás muitas delas já constantes de anteriores Programas do Governo), para além de afirmações tendentes a considerar, também no capítulo da Comunicação Social, como inimigos do interesse nacional aqueles que não estiverem do lado do Governo PS/PSD, misturado com certas incorrecções quanto à competência legislativa dos diversos Órgãos de Soberania, para além de tudo isto, não há uma única referência à necessidade de rectificar os desmandos praticados pelos governos do PSD

e do CDS ao longo de três anos de governação.

E como o Programa é omisso, vamos às questões concretas:

Em primeiro lugar a RTP — o Governo tem de dizer com clareza o que pensa fazer sob pena de, pelo silêncio, estar a dar cobertura a todo o rol de ilegalidades, de abusos, de compadrio, de corrupção e manipulação que foram e têm sido palmarés da RTP sob a gerência de Proença de Carvalho/Macedo e Cunha.

(...) Em segundo lugar a ANOP — Até hoje, os representantes do PS, quer na Assembleia da República, quer no Conselho de Informação competente, sempre se têm manifestado favoráveis ao desenvolvimento e expansão da ANOP, com a concessão das verbas orçamentais necessárias para o seu integral funcionamento. Sobre este aspecto o

Programa também nada diz.

(...) Em terceiro lugar a Radiodifusão — Entende o Governo excluir os partidos de oposição da elaboração da lei para o sector ao falar de «publicação da lei da rádio» e não de apresentação de uma proposta de lei à Assembleia da República sobre tal matéria? Descobrirá o Governo que a Constituição reserva tal competência para a Assembleia da República ou, também neste caso, tenciona resolver o problema pela via da autorização legislativa?

(...) Não é casual, por certo, a falta de referências à rectificação da política da AD que se denotam no Programa deste Governo. Não se trata por certo de um mero esquecimento. Desenganem-se, porém, os que pretendem manter em funcionamento, agora com novos donos, a máquina de propaganda montada pelos governos.

PCP

Verão 83

Festas do PCP, Festas do Povo!

No próximo fim-de-semana:

o convívio, a unidade e o esclarecimento em realizações festivas promovidas pelo Partido em Braga (Festa da Alegria), Beja (Festa Alentejana), Grândola (Festa da Fraternidade), Amadora (Festa da Unidade), Loures (Festa Saloia), Odivelas (Festa da Paz) e ainda no Laranjeiro e em Linda-a-Velha.

Festa da Alegria começa amanhã

A Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP vai realizar pela sexta vez consecutiva a Festa da Alegria, que ao longo destes seis anos se afirmou como o maior acontecimento político-cultural e de convívio do Norte do País, um grande ponto de encontro, diálogo e união de trabalhadores e democratas, de pessoas das mais variadas opções políticas oriundas de todas as regiões do País. Trata-se de uma iniciativa de que os comunistas do Minho, seus principais oboeiros, justamente se orgulham e que testemunham a sua capacidade de criação e realização e a sua profunda ligação às raízes culturais do nosso Povo. Diz-nos a DORM:

«Um destaque especial vai para a participação na nossa festa de representações de todas as organizações regionais do Partido no continente, que nos trazem os seus produtos e artesanato, as suas exposições temáticas sobre a vida, o trabalho e a luta no Portugal de Abril. A sua participação é uma afirmação de solidariedade e fraternidade anualmente repetida muito enriquecedora da nossa festa.

particularmente complexo e grave, motivo de grande preocupação de todos os trabalhadores e democratas. Os primeiros sinais concretos da política de direita do novo Governo PS/PSD começam já a trair as expectativas de mudança política democrática que orientaram o voto da maioria dos portugueses em todo o País e na nossa região em especial, tal como o PCP previa e prevenira. Esta situação política, o seu debate e análise, estarão presentes na nossa festa através

de exposições, colóquios e alinirá particular relevo no comício previsto para as 21 horas do dia 2 de Julho (sábado) em que intervirá o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

Amanhã! Dia 1

A festa terá início às 20 horas de sexta-feira, dia 1, com foguetes e Zés Pereira, sendo a inauguração oficial da festa realizada com a presença de dirigentes do PCP e das direcções regionais representadas.

Os espectáculos no palco principal serão caracterizados pela grande diversidade de correntes musicais, com a participação constante da qualidade.

Dia 1, às 21.30 horas, realiza-se o espectáculo «Cantar Adriano», de homenagem e evocação dessa grande figura do nosso canto, amigo e participante de todas as Festas da Alegria já realizadas, em que colaborarão amigos e companheiros de percurso de Adriano Correia de Oliveira, designadamente José Manuel Mendes,

Em Braga, o maior acontecimento político-cultural e de convívio do Norte do País

Fernando Gomes Alves, Manuel Borralho, José Ferraz, Gouveia Ferreira, Octávio Sérgio, Armando Sérgio, Armando Marta e outros, e que será um espectáculo integrado de música, canto, poesia e fados de Coimbra.

A seguir actuarão Carlos Alberto Moniz e Maria do Amparo, com a apresentação dos seus últimos trabalhos.

Sábado

Dia 2, (sábado) cerca das 15.30 horas — espectáculo de música popular e folclore com a participação do Rancho de S. Salvador do Souto, da Banda Musical de Cabreiros, do Grupo Cantares da Terra e de Jorge Lomba, que será antecedido de um desfile dos grupos participantes pelas ruas da cidade.

Após o comício, e cerca das 22.30 horas, um momento alto dos espectáculos da festa com a actuação de Sérgio Godinho e a sua banda e do conjunto «Já fumeja», que apresentará ao vivo os seus últimos trabalhos editados.

Domingo

Dia 3, a partir das 15.30 horas — espectáculo de música popular e folclore com a participação do Rancho de Danças e Cantares de Ponte de Lima, Luísa Basto e João Fernando e o grupo de música de raiz tradicional «Vai-de-Roda», que apresentará temas que em breve aparecerão no seu primeiro disco.

As 21.30 horas, espectáculo de encerramento com a participação do quarteto de jazz de António Pinho Vargas e de Paulo de Carvalho com a sua «Banda de Cá», encerrando a Festa da Alegria às 24 horas.

Fado, Arraial Festa Infantil Estafeta, Colóquios Cinema, etc.

A par dos espectáculos musicais no palco principal, destacamos ainda:

• A Adega do Fado de Abril, em funcionamento permanente, organizada com a colaboração de fadistas amadores de Almada e aberta à participação de todos;



• O arraial popular com baile no segundo palco (sábado e domingo) com o conjunto «Solyrhythmo»;

• A festa das crianças, às 10 horas de domingo (manhã) com a participação do grupo de teatro «Capoeira», com uma peça infantil de fantoches e canções infantis;

• Os colóquios no auditório da festa: «Sobre Marx», comemorativo do seu centenário, com Álvaro Mateus (16 horas, sábado); «Sobre Literatura Portuguesa», encontro de escritores com o público, com a presença já assegurada, entre ou-

tros, de José Saramago e José Manuel Mendes (sábado, 18 horas); «Sobre Ecologia», com o deputado do Partido «Os Verdes» António Gonzalez (domingo 18 horas; «Sobre a Paz e o Desarmamento» (domingo 16 horas).

• Ainda no auditório, decorrerá a projecção de filmes sobre a realidade dos países socialistas, sobre a paz e o desarmamento, ecologia, etc., bem como a representação da peça «O Meu Caso», pelo TIP.

• A destacar ainda o mercado de produtos da Reforma Agrária e o mercado do Livro e do Disco.

• Estará patente uma exposição de pintura.

• Domingo à tarde haverá Jogos Populares.

Em Grândola

Sábado

- 09.00 — Abertura da Festa, venda de produtos da Reforma Agrária e Desporto.
15.30 — Concerto (no auditório) com a Banda e Coro da SMFOG (Música Velha).
17.30 — Colóquio (no auditório) sobre Comunicação Social, com o camarada Ruben de Carvalho do CC e chefe de redacção do «Avante!».
19.00 — Fados e Guitarradas (no auditório) com amadores da região e a participação de Fernando Farinha.
20.30 — Cinema (no auditório) com o filme «O Velho Novo Mundo».
22.00 — Baile (no palco 1) com o grupo de baile «Holiday» do Barreiro.
02.00 — Encerramento.

Domingo

- 10.00 — Abertura da Festa.
16.00 — Espectáculo para crianças (no auditório) com os palhaços «Pantufa e Pantufinha». Projecção do diaporama «A água que bebemos». Cinema «Festival Chariot».
18.30 — Canto livre (no palco 1) com Carlos Paulo, seguindo-se um comício com a presença do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.
21.00 — Espectáculo (no palco 1) com Julian Del Valle, cantor chileno exilado por motivos políticos, encontrando-se actualmente em Portugal.
24.00 — Encerramento da Festa da Fraternidade-1983.

Nos dois dias da Festa: restaurantes, venda de livros, exposições, actividades desportivas e auditório da juventude.

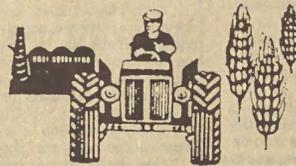
Em Alvalade-Sado

Sábado

- 15.00 — Lançamento de foguetes.
15.30 — Torneio Relâmpago de Futebol de Salão.
19.30 — Passagem do filme «A Fuga».
22.00 — Baile com o conjunto «Retrospectiva» de Setúbal.

Domingo

- 9.00 — Alvorada de foguetes.
9.30 — Provas de Atletismo para crianças.
17.00 — Folclore e Grupo Coral de Alvalade.
18.30 — Comício com Dias Lourenço, da Comissão Política do CC do PCP e director do jornal «Avante!».
20.00 — Canto Livre com a Brigada «Semente à Terra» de Beja.



A Festa do Trabalhador realiza-se em Alvalade-Sado, na esplanada. A quermesse, os petiscos, o serviço de bar e as exposições estarão em funcionamento permanente. A Festa é organizada pelo PCP e pela JCP.

Em Linda-a-Velha

A 7.ª Festa Popular de Linda-a-Velha tem o seguinte programa:

Sábado

- 19 horas — abertura com foguetes, feira do livro, artesanato e exposição.
20 horas — canto livre; participação do Coro Alentejano de Linda-a-Velha; música popular; fado.

Domingo

- Manhã infantil a partir das 10 horas, com jogos, divertimentos, xadrez e pinturas.
16 horas — espectáculos com o Coro Alentejano de Carnaxide, Manuel Branco, Samuel, Coro dos Amadores de Música dirigido pelo maestro Lopes Graça e grupo Trova Nova.
18 horas — comício com intervenção do camarada Jaime Félix, do Secretariado do Comité Central.
20 horas — espectáculo de encerramento com Samuel.

Em Beja

A Comissão Distrital de Beja do PCP vai realizar nos dias 2 e 3 de Julho na cidade de Beja, a 2.ª Festa Alentejana, a maior realização de carácter político-cultural que tem lugar no distrito, como se constatou em Setembro do ano passado, apesar do mau tempo que se fez sentir nos dias da sua realização.

«Quem quiser conhecer os valores do Alentejo no campo económico, cultural, social e político tem na Festa Alentejana a sua grande oportunidade. Mantendo o seu cunho marcadamente regional a 2.ª Festa Alentejana — a realizar no Parque de Campismo de Beja — decorrerá com o seguinte programa:

SEXTA-FEIRA, DIA 1

- 20.30h. — Abertura da Festa pela Banda da Sociedade Filarmónica Capricho Bejense.
21.00h. — «Semente à Terra», grupo de música popular.
21.30h. — Convívio Musical com o conjunto «Zaranza».
01.00h. — Encerramento da Festa.

SÁBADO, DIA 2

- 10.00h. — Reabertura da Festa com manhã desportiva.
14.00h. — Rui Luís Gomes e José Ricardo (música de intervenção).
15.00h. — «Semente à Terra», Grupo de Música Popular.
16.00h. — Actuação das Bandas da Sociedade Filarmónica Capricho Bejense, Banda Filarmónica de Aljustrel e outras.
17.30h. — Momento de Poesia da nossa terra.
18.00h. — Dança Rítmica — grupo de Serpa.
18.30h. — Actuação do acordeonista Nóberto Coelho.
20.00h. — Noite de Teatro pelo Grupo Amadores de Teatro 5 de Outubro de Pias, com a peça «O Perdão dos Filhos».
21.30h. — O Fado no Alentejo, com António Heleno, António Luís da Cruz, Jorge Campos, Milla Campos, António Cláudio, Manuel Bartolomeu e a fadista Narcécia Aguiar, acompanhados à guitarra por Manuel Caleira e à viola por Carlos Neves.
22.30h. — Paulo de Carvalho acompanhado pela «Banda de Cá».

DOMINGO, DIA 3

- 10.00h. — Reabertura da Festa.
11.00h. — Manhã Infantil com: Barata Moura.
14.00h. — O Canto Coral Alentejano com: Grupo Coral de Vila de Frades, Grupo coral da Casa do Povo de Pias, Grupo Coral de Aldeia Nova, Grupo Coral do Bairro Social, Grupo Coral Mineiros de Aljustrel, Grupo Coral Ceifeiros de Cuba, Grupo Coral Trabalhadores de serpa, entre outros.
17.00h. — «Semente à Terra» e José Ricardo.
18.00h. — Carlos do Carmo, acompanhado à guitarra por António Chainho e à viola por José Maria Nóbrega.
21.00h. — Convívio musical com o conjunto «Zaranza».
24.00h. — Encerramento da Festa.

Durante a Festa, cujo bilhete de ingresso custa 120 escudos, decorrerão sessões de autógrafos no pavilhão do livro e do disco. E haverá ainda:

MERCADO DA REFORMA AGRÁRIA

Estará a funcionar a partir da manhã de sábado, aberto a toda a população.

Artesanato — Livros e Discos — Bares e Restaurante

Funcionarão durante todo o período da Festa.

EXPOSIÇÃO

Exposição sobre a História, a Tradição, a Vida, a Luta e o Futuro do Baixo Alentejo.

COLÓQUIOS

- Sexta-feira Dia 1 — 21 horas — Sobre a Revolução 1383.
• Sábado Dia 2 — 16 horas — Habitação e defesa do Património.
• Sábado Dia 2 — 19 horas — O Marxismo, 100 depois.

ESPAÇO JUVENIL COM JOGOS E CONCURSOS:

- Rádio Juvenil com jogos e concursos;
— Projecção de filmes nos dias 2 e 3;
— Casa Superspa;
— Bar-explanada com bebida especial.

No dia 3, às 19 horas, realiza-se o comício da Festa, com o camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Na Amadora

• Amanhã (sexta-feira)

- 21.00 h. — No palco: Paulo Pinto, grupo Horizonte Novo, grupo Fado de Amadora, grupo Semente à Terra.
21.30h. — No auditório: debate sobre Karl Marx, vida e obra.

• Sábado

- Manhã desportiva com chiniquinho, xadrez, gincana de bicicletas, atletismo, estafetas e minibasketbol. Inscrições no local a partir das 9 horas.
15.30 — No palco: grupo Praça Pública, Rancho Infantil de Danças e Cantares do Bairro Janeiro, Coro Alentejano da Brandoa, Rancho Folclórico da Casa do Povo de Arcena (Alverca), Banda Alvorada e Fernando Pereira.
21.00 — No palco: grupo Cantaril, poesia com Rui Brás, concerto e baile com o grupo Abismo.



MERCADO DA REFORMA AGRÁRIA

Funcionará durante todo o período da Festa.

EXPOSIÇÃO

Exposição sobre a História, a Tradição, a Vida, a Luta e o Futuro do Baixo Alentejo.

COLÓQUIOS

- Sexta-feira Dia 1 — 21 horas — Sobre a Revolução 1383.
• Sábado Dia 2 — 16 horas — Habitação e defesa do Património.
• Sábado Dia 2 — 19 horas — O Marxismo, 100 depois.

ESPAÇO JUVENIL COM JOGOS E CONCURSOS:

- Rádio Juvenil com jogos e concursos;
— Projecção de filmes nos dias 2 e 3;
— Casa Superspa;
— Bar-explanada com bebida especial.

Na Festa da Unidade, durante os três dias: Exposições • Centro da Juventude • Ponto de Encontro com os Países Socialistas • Centro do Livro e do Disco • Stand de vendas e quermesse • Comeres e bebês (com petiscos variados e pastelaria) • Jogos Populares • Pavilhão dos Pioneiros.
Todas as noites: Cinema e Diaporamas sobre a Paz e a Guerra • Festa do «Avante!» • Solidariedade Internacional • Karl Marx • etc.

Loures

No ringue municipal de Loures, o próximo domingo será dia de festa e convívio da população, com várias actividades culturais e recreativas.

É a Festa Saloia, iniciativa dos comunistas da zona ocidental do concelho, aberta a todos os democratas.

Na parte artística, destaque para a participação de Luís Cília. À tarde haverá ainda um comício em que será abordada a situação política actual.

Odivelas

Tradicional Festa da Paz volta a animar Odivelas, no próximo domingo, dia 3, durante todo o dia, no Largo D. Dinis.

Depois de uma manhã infantil com várias actividades, a Festa prolonga-se pela tarde, com espectáculo musical (Francisco Ceia e diversos agrupamentos de música popular portuguesa) e às 17 e 30 com um comício em que usará da palavra o camarada Albano Nunes, membro do Comité Central do PCP.

A Festa é promovida pela Comissão de Freguesia de Odivelas.

Laranjeiro

Iniciativa com tradições na promoção da Festa do «Avante!», os comunistas do Laranjeiro (Almada) promovem já no sábado, durante todo o dia, uma jornada de convívio popular junto aos pinheiros da Rua dos eucaliptos. Do programa, salientamos: às 10 horas — manhã infantil, com jogos e espectáculos; às 13 h, almoço-convívio; às 17 h, espectáculo com José Barata-Moura, Grupo Campolide e artistas locais; às 21 e 30 — baile animado pelo conjunto Orion; 22 e 30 — intervenção política. A festa é organizada pela Comissão local do Laranjeiro do PCP e pela JCP.

ALJUSTREL CARMO
NO PARQUE MUNICIPAL
DIA 1 DE JULHO DE 1983
BAILE E VARIEDADES
CARLOS DO
DEKADA

PCP

Encontro festivo no Vale do Silêncio

A Festa da Liberdade foi uma vez mais motivo de animação no bairro dos Olivais, em Lisboa. Aconteceu no último domingo, de novo no Vale do Silêncio, local agradável, um dos espaços verdes da grande cidade.

Durante o dia, muitos foram os que passaram pela Festa da Liberdade, tendo assim participado num convívio animado, com vários pontos de interesse a começar pelo comício em que usou da palavra o camarada Álvaro Cunhal.

As exposições, as actividades desportivas, as iniciativas e os recintos da juventude e dos Pioneiros, os «comes-e-bébes» (incluindo a sardinha assada), o livro e o disco, as recordações,

os materiais informativos do Partido e os espectáculos com destaque para o cantor chileno Julian del Valle, mobilizaram as atenções dos visitantes, a maior parte dos quais residentes no bairro.

Na tribuna do comício estavam presentes, além do secretário-geral do PCP, camaradas da Comissão da Festa da Liberdade, do Comité Local de Lisboa e da DORL. Durante o comício, registaram-se as intervenções de Álvaro Cunhal, que publicamos nesta página; Eduardo Alfredo, da JCP; e Idália, da Comissão de Freguesia dos Olivais.

Momento aguardado com especial entusiasmo foi o 1.º Sorteio das EP's da Festa do «Avante!», a que nos referimos na página 7.



A música, o convívio, o esclarecimento, o encontro fraterno — aqui ficam algumas imagens da Festa da Liberdade, que no último domingo voltou a animar o Vale do Silêncio, nos Olivais (Lisboa)



Governo fala em trégua e desencadeia a guerra

Intervenção de ALVARO CUNHAL

Camaradas:

O Governo PS/PSD nem sequer esperou que na Assembleia da República os seus deputados aprovassem o Programa do Governo para tomar uma série de decisões e medidas que confirmam inteiramente aquilo que o nosso Partido previu e preveniu: que um Governo PS/PSD não seria uma alternativa, não seria uma mudança democrática, mas, no essencial, a continuação e mesmo o agravamento da política da «AD», — «AD» que o Povo português, com a sua luta, derrotou, atirou abaixo e voltou a derrotar nas eleições antecipadas em 25 de Abril.

Governo tira a máscara: aumento dos preços, novo tecto salarial

As primeiras medidas tomadas e anunciadas pelo Governo PS/PSD contrariam e ferem frontalmente interesses vitais dos trabalhadores e da maioria esmagadora dos portugueses e portuguesas.

Os aumentos de preços lançam uma nova e brutal escalada, reduzem mais uma vez drasticamente o poder de compra e o nível de vida do nosso povo, representam para artigos de primeira necessidade (o pão, o açúcar, o leite) aumentos tais que as famílias das classes laboriosas e mais particularmente as camadas mais desfavorecidas serão obrigadas a reduzir consideravelmente o seu consumo.

Na maioria dos artigos os preços sobem mais de um terço e para alguns o aumento atinge quase o dobro.

Ao mesmo tempo que decide assim este brutal aumento dos preços, o Governo PS/PSD, fazendo grande alarde de uma suposta revogação do tecto salarial, estabelece no seu Programa como norma geral um novo tecto salarial — pois determina que o aumento da massa de aumentos salariais tem de ficar abaixo da subida dos preços.

Que pode esperar o Governo PS/PSD da parte do Povo português face a estes aumentos de preços e a outros que se seguirão? face à nova forma de tecto salarial? face a novos aumentos (que já se anunciam) das rendas de casa? face à conservação (já anunciada) das «taxas moderadoras» sobre os medicamentos? face à continuação dos despedimentos e ao novo pacote laboral?

Que aprove? Que se submetam? Não. O Povo português não está disposto a apertar o cinto mais e mais para que os capitalistas e especuladores gastem à tonta forra e aumentem os seus capitais e as suas fortunas.

O Povo português fará frente com coragem e determinação a estas medidas e ao Governo que as toma.

Preço dos adubos desvalorização do escudo

O Governo PS/PSD aumenta também para já o preço dos adubos e rações.

O que significa essa medida? Significa um duro golpe na agricultura nacional, e, em primeiro lugar, nos pequenos e médios agricultores e rendeiros, e nas UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária.

Que pode esperar o Governo PS/PSD da parte dos agricultores, qualquer que seja a estrutura e a forma de organização das explorações agrícolas?

Que aprovem? Que se submetam? Não. Os agricultores não estão dispostos a ver comprometidas e arruinadas as suas actividades, e arruinada também a agricultura portuguesa.

Os agricultores, nomeadamente os pequenos e médios agricultores e rendeiros e as UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária farão frente com coragem e determinação a estas medidas e ao Governo que as toma.

O Governo PS/PSD não esperou tão pouco sequer a aprovação do seu Programa para tomar outra medida que comprova também as nossas previsões e prevenções: que o PS no Governo ia continuar a política económica e financeira do governo «AD», política de ruína e de desastre nacional.

Essa medida foi a nova desvalorização do escudo.

O Governo PS/PSD diz que um dos objectivos fundamentais da sua política económica e financeira é reduzir os défices externos.

Mas a desvalorização do escudo contribui precisamente para o resultado contrário.

No ano passado importámos 722 milhões de contos de mercadorias e exportámos apenas 310 milhões.

A desvalorização do escudo significa que teremos que pagar muito mais caro tudo quanto importarmos e teremos que vender mais barato o que exportarmos.

A desvalorização do escudo irá agravar ainda mais o défice das nossas balanças externas e irá agravar mais e mais as dívidas de Portugal ao estrangeiro e os juros que por elas temos que pagar, apertando mais e mais em torno do pescoço da economia portuguesa o nó correção dos empréstimos externos.

O Governo anuncia também uma nova lei de delimitação dos sectores com a abertura ao grande capital da banca, dos seguros, dos cimentos, dos adubos, o que significará uma forte machadada nas nacionalizações e a abrir caminho à restauração dos monopólios.

E quer fazer essa lei não na Assembleia da República mas mediante autorização legislativa, isto é, nas costas da Assembleia e nas costas do povo.

Que espera o Governo dos portugueses e portuguesas, dos patriotas, de todos os que querem salvar Portugal do total desastre, do total afundamento, da bancarrota?

Que aprovem? Que se submetam?

Não. Os portugueses opor-se-ão a uma tal política, para defesa da nossa economia, do nosso bem-estar, do nosso futuro, da nossa independência nacional.

Eleitores enganados não repetiriam o voto

É indubitável que centenas de milhares de eleitores (não só do PS, mas também do PSD e de outros partidos) se deixaram enganar.

Muitos acreditaram que iria ter lugar uma mudança. Muitos acreditaram que o PS no Governo não continuaria a política da «AD».

De certeza, estão hoje aqui entre nós pessoas que votaram no PS, talvez mesmo que votaram no PSD.

Quem tinha razão? O PCP ou Mário Soares e os propagandistas do seu grupo? Quem falou verdade?

Quem previu e preveniu do que seria a política de um Governo do PS aliado à direita?

Qualquer pessoa de boa-fé tem de reconhecer: «é um grande partido falou verdade. Só um grande partido previu o que se iria passar e preveniu dos perigos. Só um grande partido desvendou antecipadamente qual seria a política de um Governo PS/PSD. Esse grande partido foi o nosso, foi o Partido Comunista Português».

Se pudessem voltar atrás, certamente muitos e muitos que votaram no PS, que votaram no PSD, não votariam da mesma forma.

Se pudessem voltar atrás agora (depois de se revelar nos factos o que há a esperar deste Governo) não votariam PS, nem votariam PSD, — certamente muitos votariam na APU.

Os primeiros passos concretos do Governo PS/PSD comprovam inteiramente que se não trata de um Governo do centro-esquerda, nem de um Governo do centro, mas de um Governo com uma política de difeita, pois continua, no essencial, e talvez mesmo venha a agravar, a política dos governos «AD».

As alianças do PS com as forças reaccionárias

No plano social, o PS, aliado ao PSD no Governo e na Assembleia da República, apresenta-se agora sem disfarces, como um partido ao serviço (ou aliado, se se quiser) do grande capital, dos grandes agrários, da política do imperialismo.

No plano político partidário, a aliança do PS é ainda mais larga. O PS está aliado ao PSD no Governo. Está aliado, numa maioria parlamentar à UEDS que trocou por alguns lugares de deputados a política que em tempos defendeu. Está aliado à ASDI, cujas concepções de direita são bem conhecidas. E está ainda aliado, embora de forma não declarada, ao próprio CDS.

Lucas Pires, eleito para o Conselho de Estado por acordo com o PS e com os votos de deputados do PS e talvez do PSD diz, neste caso com razão, que o Programa do Governo PS/PSD copiou do Programa do governo PSD/CDS a maior parte das medidas anunciadas.

O CDS não é oposição mas aliança escondida. E está bem que o seja. Porque a política do Governo PS/PSD está conforme, no essencial, com a política defendida pelo CDS. Porque no Governo estão alguns sujeitos que não são melhores nem piores do que a gente do CDS.

No fim de contas o chamado Governo do «centro-esquerda», ou Governo do «bloco-central» tem o apoio mal disfarçado da própria extrema-direita.

O PCP não está isolado ganha dia a dia maior apoio de massas

Se PS, PSD, CDS, UEDS, ASDI apoiam este Governo, o que significa isso quanto à arrumação das forças partidárias?

Tendo em conta que, no plano partidário, ao nosso lado na Oposição aparece apenas o MDP-CDE, e também, embora com menor influência na vida nacional o Partido Os Verdes, o nosso Partido, o PCP, é o único grande partido que se opõe com firmeza, sem vacilações ao Governo PS/PSD e à sua política de direita.

O dr. Mário Soares deita foguetes e vai afirmando que consegue isolar o PCP.

Mas é isto verdade? Não, não é verdade.

Ao contrário. Cada dia que passa, mais vasta é a base de apoio às posições e à política do nosso Partido.

É o Governo PS/PSD que, com a sua política verá diminuir dia a dia a sua base de apoio.

Muitos dos que votaram no PS e no PSD já decerto a esta hora estão arrependidos. Muitos deles já agora, a estas horas, se identificaram com as críticas ao Governo por parte do PCP e já agora, a estas horas participam connosco na resistência, na luta contra as medidas tomadas pelo Governo PS/PSD.

O Governo faz gala da sua suposta força. Proclama a fraqueza da Oposição.

Mas temos por absolutamente certo que, por cada dia que passar, o Governo ficará mais fraco e a Oposição ficará mais forte, aumentando a sua capacidade de resistência e de luta até conseguir uma real alternativa democrática.

O medo do Governo e os direitos da Oposição

É uma evidência que o dr. Mário Soares, de novo Primeiro-Ministro e o seu Governo, têm medo da Oposição.

Por isso, já preparam e anunciam leis limitativas das liberdades e direitos dos cidadãos.

Por isso fazem tantas ameaças.

Por isso invocam (quase como uma nova prioridade das prioridades) «o reforço da autoridade do Estado».

Por isso, à falta de razão, engrossam tanto a voz.

Por isso o dr. Mário Soares desenvolve de novo uma maneira muito original de compreender os direitos da Oposição.

Para ele, os direitos da Oposição não são aqueles que a Constituição consagra, mas aqueles que se desenvolvem no terreno e pelas formas que ele, dr. Mário Soares, pretende impor.

Define a sua política — esta política antipopular, antidemocrática e antinacional, como era a política da «AD» — como a única política democrática, como a única política nacional. E proclama que aqueles que a não apoiarem se colocam fora da democracia e do quadro nacional.

Como o PCP, — no uso das liberdades e direitos que o regime democrático reconhece aos partidos e aos cidadãos, — se opõe sem vacilações, com inabalável firmeza, à política e às medidas do Governo PS/PSD, o dr. Mário Soares proclama que o PCP «exclui-se daquilo que é o funcionamento normal de uma democracia moderna».

Tal afirmação não parece muito própria de quem tanto se reclama do pluralismo.

O regime democrático não só não dá como recusa a um partido ou a partidos que obtêm maioria em eleições, o direito exclusivo de dizer o que convém e o que não convém ao País, o que é democrático e o que não é democrático, o que é patriótico e o que não é patriótico, o que é conforme e o que não é conforme com os interesses nacionais.

A pretensão a tal direito exclusivo é que coloca aqueles que defendem (neste caso os dirigentes do PS e do PSD) à margem de princípios essenciais do regime democrático.

O dr. Mário Soares, quando não está no Governo, considera legítimo exercer todas as liberdades e direitos, para, em nome da democracia, discordar e combater a política do Governo.

Mas agora no Governo parece considerar legítimo (em nome da mesma democracia) contestar a partidos da Oposição, neste caso o PCP, o pleno exercício das liberdades e direitos para ser Oposição, para discordar e combater a política do Governo.

Parece, porém, que o secretário-geral do PS, agora Primeiro-Ministro, continua a conhecer mal o PCP.

Nós não aceitamos, nem aceitaremos, que em nome da legalidade se viole a legalidade. Que em nome da democracia se infringam princípios democráticos elementares.

Também não somos partido que se atemoriza com ameaças. Continuaremos defendendo sem qualquer hesitação os interesses dos trabalhadores, as conquistas de Abril, o regime democrático a independência nacional.

E continuamos dizendo e afirmando que a vitória será difícil, mas de certeza será nossa.

Política de desastre e política nacional

Estas atitudes de intolerância e certas ameaças são justificadas com a afirmação de que o Governo não vai realizar uma política partidária, mas sim uma política acima dos partidos, uma política nacional, uma política de defesa dos interesses nacionais.

Mas uma coisa é o que afirma o Governo e outra coisa é a realidade.

E sobre essa realidade temos nós direito — têm esse direito todos os portugueses — de afirmar qual a política que defende e qual a política que prejudica os interesses nacionais.

E é no exercício desse direito e com plena responsabilidade, que afirmamos que a política do Governo PS/PSD (constante do seu Programa) e as primeiras medidas concretas que tomou não servem nem os interesses do nosso povo, nem os interesses nacionais, que aliás são coincidentes e inseparáveis.

Política nacional, verdadeiramente nacional, não é a que o Governo se apronta para realizar mas aquela que nós, com os trabalhadores, com o Povo português, há muito defendemos.

Virá o dia em que isso será reconhecido pela maioria dos portugueses.

Virá o dia em que pela luta, o Povo português decidirá e alcançará uma alternativa democrática.

Virá o dia em que, com os trabalhadores, com o povo, com o PCP, e outros democratas e patriotas, os problemas nacionais serão resolvidos e ultrapassados para que Portugal prossiga o caminho de liberdade, democracia, independência nacional e progresso social aberto com a gloriosa Revolução de Abril.

O Governo fala em trégua e desencadeia a guerra

Ao mesmo tempo que o Governo toma e anuncia toda essa série de medidas antipopulares e antidemocráticas, o dr. Mário Soares, como Primeiro-Ministro faz um apelo a «uma trégua política e social».

Este pedido parece, à primeira vista, no sentido das palavras, animado do propósito de diálogo, concórdia e apaziguamento.

Mas a realidade é diferente.

O que se deve entender por «uma trégua»?

Uma «trégua» é, como toda a gente sabe, a suspensão das hostilidades entre duas partes que estão a lutar uma contra a outra.

Se no plano social, essas duas partes (no concreto) são o grande capital e os grandes agrários de um lado e os trabalhadores e as massas populares do outro, e se, no plano político, essas duas partes (no concreto e as principais) são o Governo e o PCP, — então para uma trégua, não somos só nós, não são só os trabalhadores, que devemos suspender as hostilidades.

Também o Governo deverá suspender-las e deveria mesmo ser o primeiro a suspender as hostilidades para que alguém pudesse acreditar na sua vontade de uma trégua.

Mas não. Não é uma trégua que pretende o dr. Mário Soares.

O dr. Mário Soares quer que os trabalhadores suspendam as

hostilidades, que os trabalhadores desistam de lutar, desistam de reclamar, desistam de reivindicar. Mas ele, Mário Soares, ele, Governo PS/PSD, quer continuar (e não só continuar como intensificar) as hostilidades contra os trabalhadores.

Quer que o PCP lhe conceda uma trégua, que deixe de criticar e atacar o Governo e o seu Primeiro-Ministro, mas quer ele Mário Soares, quer ele Governo PS/PSD continuar (e não só continuar como intensificar) os ataques, as calúnias e as ameaças contra o PCP.

Quer que os trabalhadores e o PCP façam a paz enquanto ele continua a guerra.

Continua a guerra social e política mesmo antes de estar aprovado o Programa do Governo.

Não, o Governo PS/PSD não quer tréguas.

Ele continua as hostilidades e lança novas ofensivas. Ora bem. O Governo não dá tréguas. Também não as terá. Sem tréguas, continuaremos a luta.

E, uma vez que o Governo PS/PSD quer a guerra contra o povo e contra o País, é seguro que acabará por perdê-la.

Verdadeira trégua e plataforma

É preciso uma vez mais esclarecer que nós, os comunistas, sempre temos defendido processos de negociação e a unidade de todos os democratas e patriotas para uma alternativa democrática. Isso significa que nós próprios propomos diálogo, negociação, entendimento e plataforma.

É necessário fazer o País sair da crise? É necessário um grande esforço nacional, em que intervenham todos os portugueses?

Pois bem, nós também somos partidários de uma trégua. Nós, os comunistas, e também, podemos afirmá-lo, os trabalhadores.

Mas uma trégua verdadeira. E não trégua de um lado e guerra do outro.

Então o que seria uma verdadeira trégua, o que seria uma verdadeira suspensão das hostilidades?

Seria, antes de mais, não os brutais aumentos de preços, de artigos de primeira necessidade, das rendas e todos os que ainda estão para vir, de mistura com o pacote laboral que o Governo prepara, mas sim o Governo suspender, a ofensiva brutal contra os direitos vitais dos trabalhadores e das massas populares.

Uma trégua social seria não a nova lei de delimitação dos sectores que visa a entrega ao grande capital da banca, dos seguros, dos cimentos, dos adubos (isto para já) mas suspensão da ofensiva contra as nacionalizações de forma a que os sectores e empresas nacionalizados pudessem finalmente desenvolver as suas actividades sem a intervenção sabotadora do próprio Governo.

Uma trégua seria não a continuação da ofensiva criminosa (que se conclui do Programa e declarações do Governo) contra a mais bela conquista da Revolução, mas a suspensão da ofensiva contra a Reforma Agrária, a reposição da legalidade com a devolução às UCPs/Cooperativas das terras que lhes foram roubadas, com o cumprimento pelo Governo dos 171 Acórdãos do STA favoráveis aos trabalhadores.

Uma trégua seria não a prepotência, arrogância e intolerância que assume o Governo, não a tentativa de imposição autoritária de medidas de miséria e desastre, mas uma política de real diálogo, não apenas para ouvir mas para ter em conta a opinião dos trabalhadores e das forças da Oposição.

Para uma tal trégua sempre estivemos prontos. Mas se querem luta terão luta.

A luta continua.

O Governo PS/PSD irá abaixo

O dr. Mário Soares, de novo Primeiro-Ministro, por trégua, tal como por «consenso social», por «concertação nacional», por «solidariedade nacional», entende pelo lado do Governo as decisões e medidas arbitrárias e despóticas ao serviço dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, dos grandes especuladores, decisões e medidas que atingem interesses vitais dos trabalhadores e do povo em geral.

E, por outro lado, a capitulação dos trabalhadores, das suas organizações de classe, dos seus sindicatos, do seu partido.

Mas engana-se profundamente.

Nem o PCP, nem os trabalhadores e as suas organizações de classe capitularão ante o Governo PS/PSD.

Ao contrário.

O PCP, os trabalhadores e as suas organizações de classe, não aceitarão as novas medidas de exploração, de miséria, de desastre nacional que o Governo PS/PSD quer impor ao País, e dar-lhe-ão firme combate.

O CDS e o PSD também foram governo. Tinham maioria de deputados na Assembleia da República. Usaram a força que lhes dava ser governo. E o povo atirou-os abaixo.

O Governo PS/PSD terá a mesma sorte.

O Governo PS/PSD também irá abaixo.

Os frutos caem de podres. Este Governo irá abaixo antes de cair de podre.

Porque o povo não cruzará os braços. Porque o povo não esperará que caia por si.

Irá abaixo porque (como os seus primeiros dias já mostraram) nada resolverá e tudo agravará.

Irá abaixo porque a sua base social de apoio político e eleitoral irá reduzir-se rapidamente.

Irá abaixo porque as instituições funcionam.

Irá abaixo porque o povo está com Abril, porque o povo não capitula, porque a luta continua por uma verdadeira alternativa democrática.

Viva a unidade dos trabalhadores!
Viva a unidade dos democratas!
Viva o PCP!

Trabalhadores

Salários por pagar

- Hoje em Lisboa nova concentração
- Luta na EDP

Uma nova concentração de trabalhadores sem salários está anunciada para hoje em São Bento. Em frente à Assembleia da República voltam a protestar contra situações inadmissíveis os representantes de 30 mil famílias que só no distrito de Lisboa, se encontram naquela situação, com dois meses e mais de salários em atraso.

A garantia do pagamento ao fim do mês, um mínimo de segurança de emprego mobiliza uma grande massa de trabalhadores, que inclui grandes empresas como a Lisnave, a CTM, a CIFA.

Se são 30 mil em Lisboa, juntando Setúbal o total é superior a 60 mil. Com o Porto e o resto do País, deve ser hoje superior a 100 mil o total dos trabalhadores com salários atrasados ou sem garantias de pontualidade no pagamento.

«Os trabalhadores conhecem as situações que vivem nas suas empresas — afirmavam ainda há dias depois de uma concentração junto a São Bento as Uniões de Sindicatos de Lisboa e de Setúbal.

Os trabalhadores «sabem que a responsabilidade é do patronato e da política que tem sido praticada pelos sucessivos governos».

Os trabalhadores «sabem que só lutando conseguirão obter a satisfação das suas justas reivindicações».

Pagamento na SIPE

Os cerca de 800 trabalhadores da SIPE conseguem enquanto que lhes fosse garantido o pagamento de três meses de salários em atraso.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas ao referir o facto como uma vitória dos trabalhadores sublinhava que pelo pagamento dessa dívida foram feitas «quatro concentrações junto dos escritórios da empresa e duas paralisações parciais, uma de três horas e outra de três horas e meia por turno ao longo deste mês. O SIESI apoiou e enquadrou sindicalmente esta luta desde o início».

«A CGTP-IN protesta mais uma vez contra os critérios abusivos e tendenciosos que têm presidido à informação da RTP, de que este caso é mais um exemplo, e exige que o novo Governo tome medidas urgentes para repar, naquele órgão pago pelo Estado e pelos trabalhadores, o respeito pelo pluralismo e o direito dos trabalhadores e da população à informação, que novamente lhe foi escamoteada numa altura em que a Inter acabava de tomar posição, depois de analisar em plenário a situação político-sindical, designadamente o programa de Governo PS/PSD.

Protesto contra RTP

Depois de ter insistido junto da RTP na necessidade (e disponibilidade) da inclusão da CGTP em programas do género «1.ª Página», o último dos quais contou a UGT entre os participantes, a Central torna pública mais uma omissão televisiva, desta vez relativa ao plenário da Inter de 22 do corrente, que reuniu em Lisboa 400 dirigentes sindicais de todo o País.

Sob o título «RTP insiste em silenciar a voz da CGTP», a Central unitária sublinha que «ninguém de boa-fé pode ignorar o significado de tal plenário e das posições do movimento sindical unitário numa altura em que se discute (o comunicado da Inter de 23 do corrente) o programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República e do qual depende o futuro de milhões de portugueses».

A resolução aprovada no plenário da Inter, que já estava em poder dos serviços da RTP quando esta começou a noticiar desenvolvimentos a discussão do programa do Governo, não mereceu do Telexjornal qualquer referência, remetendo a notícia sobre o plenário para o último Telexjornal de 22 do corrente.

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

Recorda-se que a empresa entrou em lock-out em 13 de Maio findo com o falso argumento de que a mina não oferecia condições de segurança.

Solidariedade efectiva na Panasqueira

A Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP tomou novamente posição contra a «passividade cúmplice» do Governo «perante as prepotências, ilegalidades e violações da Constituição Portuguesa, nas minas da Panasqueira, o que só pode ser tomado como um sinal claro de assentimento às manobras da Beralt-Tin and Wolfram». Num apelo à classe operária, aos trabalhadores, aos patriotas e democratas

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

Por aumentos salariais, os trabalhadores tinham iniciado em 9 do mesmo mês paralisações diárias de 2 horas. Como já fizera ao obrigar os trabalhadores a adoptar essa forma de luta, a administração portuguesa das minas tem-se recusado a negociar um caderno reivindicativo apresentado pelas organizações representativas dos mineiros, designadamente a comissão intersindical.

Uma moção aprovada unanimemente e aclamada pelos trabalhadores ferroviários em reunião no Barreiro no dia 23 recusava, entretanto, o alegado «saneamento económico e financeiro», da CP, estabelecido pelo decreto-lei 63/83. Além da decisão de suprimir 90 comboios de acordo com aquele «saneamento» (ASEF), o conselho de gerência continuaria a dar o seu apoio a uma série de medidas gravosas, designadamente as que pretendem impor aos ferroviários no campo laboral «uma lei privativa», que a ir avante, substituiria na empresa a legislação do trabalho».

Contra o «saneamento» da CP

Além disso, sublinham os trabalhadores, as «negociações do AE (acordo de empresa) decorrem há mais de seis meses» e a tabela salarial está em vigor há 18, «sem que se descorrine, quer da parte do conselho de gerência, quer da parte do Governo a vontade de apresentar propostas que repõem o poder de compra dos trabalhadores ferroviários».



Na Gelmar-Lisboa (foto de arquivo) os trabalhadores reunidos em plenário aprovaram por unanimidade uma moção de apoio a Judite Ferreira Rodrigues, membro da CT, suspensa pela administração e alvo de processo disciplinar. A moção sublinha que a representante dos trabalhadores foi punida com base em «interrogações e suposições do único membro da comissão administrativa em efectividade». A moção manifesta «a mais viva repulsa pela suspensão» e pelo processo disciplinar, que considera ilegais, e exige «a rápida nomeação de uma comissão administrativa competente e honesta» para a Gelmar

«saneamento» (ASEF), o conselho de gerência continuaria a dar o seu apoio a uma série de medidas gravosas, designadamente as que pretendem impor aos ferroviários no campo laboral «uma lei privativa», que a ir avante, substituiria na empresa a legislação do trabalho».

Reivindicando «as condições necessárias para a laboração normal da empresa», incluindo a não-supressão de comboios, a moção exige que seja revogado o decreto-lei 63/83 e criadas as condições para a elaboração de uma ASEF (acordo de saneamento económico-financeiro) para a CP que «salvaguarde a importância actual e futura do caminho-de-ferro, para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento económico local, regional e nacional».

Reivindicando «as condições necessárias para a laboração normal da empresa», incluindo a não-supressão de comboios, a moção exige que seja revogado o decreto-lei 63/83 e criadas as condições para a elaboração de uma ASEF (acordo de saneamento económico-financeiro) para a CP que «salvaguarde a importância actual e futura do caminho-de-ferro, para o seu desenvolvimento e para o desenvolvimento económico local, regional e nacional».

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

Recurso à luta na EDP

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

STCP e Transportes

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

«para que desenvolvam e ampliem as formas de solidariedade efectiva em curso para com a luta da Panasqueira», aquela organização distrital do Partido sublinha que a «Beralt quer vencer pela fome a luta dos trabalhadores», mas estes «encontrarão formas e força para resistir».

PCP

Sector Intelectual de Coimbra

O Sector Intelectual de Coimbra do PCP leva a efeito, no próximo sábado, dia 2 de Julho, pelas 10 horas, nas instalações do ISCAC, à Rua Luis de Camões, uma reunião de quadros aberta a todos os militantes.

A reunião, que contará com a participação de militantes do PCP ligados aos organismos de Professores, Saúde, Quadros Técnicos e Acção Cultural, tem por objectivos discutir a composição e influência, em Coimbra, desta importante camada social e o papel e a intervenção dos intelectuais comunistas à luz dos interesses da classe operária, no quadro da actual situação política e social.

Festa do Trabalho em Setúbal

Temos mais novidades sobre o programa da Festa do Trabalho e da Paz, que as Comissões Concelhias do PCP e da JCP de Setúbal vão promover naquela cidade, nos próximos dias 8, 9 e 10 de Julho.

Desporto — vai haver atletismo, torneio de futebol de cinco (masculino e feminino), ciclismo, andebol de sete, chinguiho, damas, xadrez e ronda. E natação — a travessia do Sado, com barbatanas!

No vasto recinto do Parque das Escolas, que tem estado a ser preparado para o efeito — no último fim-de-semana houve jornadas de trabalho e todos os dias há que fazer — muitos stands aguardarão o visitante: artesanato, livros, discos, bares, restaurantes a funcionar nos três dias, exposições sobre a Paz, a vida e a luta dos trabalhadores do concelho, coloquios sobre temas da actualidade nacional, vão ser os principais atractivos, para além dos espectáculos.

Nomes como José Barata Moura, Julian del Vale, Samuel, Carlos Mendes e Carlos Paulo estão já assegurados. Além dos artistas do concelho, de grupos corais alentejanos — «Os Amigos do Barreiro» e «Unidos do Alentejo», da Cooperativa do Faralhão, Francisco Seia; grupo de Jazz Maria João e Companhia; Roquívários; ranchos infantis de Praias do Sado e da Lagoa da Palha.

A entrada para os três dias custa 150 «pombas». Na tarde do último dia, um domingo, há um comício com intervenções sobre a actual situação política.

Hoje no Vitória: Debate sobre Marx

Realiza-se hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória um debate sobre Marx e a Actualidade do Marxismo, que será animado por Alvaro Mateus.

Este debate insere-se nas iniciativas comemorativas no centenário da morte de Marx e nas realizações político-culturais que se estão a desenvolver neste Centro de Trabalho da cidade de Lisboa.

Lisboa: regularização de cartões

A Direcção Regional de Lisboa do PCP, tendo em conta o conjunto de camaradas que ainda não têm o seu cartão de Partido, decidiu levar a cabo uma campanha de regularização de cartões, situação que urge resolver, tanto mais que no próximo ano haverá que fazer novos cartões.

As organizações de Lisboa estão, de facto, empenhadas na resolução do problema, tendo algumas delas, como a Amadora, Sector de Transportes, Saúde, CLL e outras — dado já bons contributos para a regularização dessas situações.

É indispensável continuar o trabalho. Há que reforçar esforços nas questões organizativas, nas quais se inclui, naturalmente, a passagem e entrega dos cartões. É necessário continuar a contactar os camaradas e ajudar a compreender a importância da sua ligação ao Partido e a uma actividade mais regular.

Todos os camaradas que por uma razão ou outra não tenham o seu cartão devem dirigir-se ao Centro de Trabalho mais próximo da residência ou local de trabalho, para regularizar a sua situação.

Salvaterra de Magos

Nas instalações da Casa do Povo, realiza-se amanhã em Salvaterra de Magos uma reunião de militantes comunistas, a partir das 21 e 30. A análise da situação política e as tarefas que se colocam à organização preenchem a ordem de trabalhos do encontro, que contará com a presença dum camarada do Executivo da Direcção Regional de Santarém.



Vamos à Ajuda!

• No próximo fim-de-semana, mais uma jornada de trabalho voluntário no Alto da Ajuda, ponto de encontro para o convívio na construção do grande acontecimento político-cultural de 9, 10 e 11 de Setembro.

• Montadores de estruturas, carpinteiros, pedreiros, motoristas — um contributo especial que a Festa aguarda e necessita.

• Mas todos nós podemos dar uma ajuda. O amigo leitor, por exemplo, que ainda não tem programa para o fim-de-semana: na Ajuda encontrará uma tarefa importante!

• Os jovens do Ensino Secundário que já terminaram as suas actividades escolares, os amigos reformados, trabalhadores dos mais variados sectores — todos nós podemos dar a nossa contribuição solidária para ajudar a erguer a Festa.

Festa no Couço

A Comissão de Freguesia do Couço do PCP leva a efeito no fim-de-semana de 9 a 10 deste mês a Festa da Espiga Vermelha, jornada de convívio popular.

No vasto programa, de que daremos mais pormenores na nossa próxima edição, integram-se as actividades desportivas, coloquios, bailes, música popular, quermesse, venda de produtos da Felorma Agrária, serviço de bar, os tradicionais «comes-e-bebes», etc.

A Festa da Espiga Vermelha terá também um comício em que intervirá o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central e presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.



No decorrer da Festa da Liberdade, realizada no último domingo, nos Olivais, em Lisboa, teve lugar o primeiro sorteio das Entradas Permanentes (EP's) da Festa do «Avante!», tendo sido apurados os seguintes números:

- 1.º — 066 478
- 2.º — 083 568
- 3.º — 000 013
- 4.º — 162 782
- 5.º — 066 409
- 6.º — 093 390
- 7.º — 039 984
- 8.º — 036 600
- 9.º — 225 339
- 10.º — 104 213

1.º Sorteio das EP's

Os prémios que os contemplados vão receber são os seguintes: do 1.º ao 3.º, 10 mil escudos em livros e discos; do 4.º ao 10.º, os mesmos brindes, mas no valor de 5 mil escudos.

Os portadores de EP's premiadas devem dirigir-se ao Centro de Trabalho da Rua António Serpa, em Lisboa (ao Campo Pequeno).

O 2.º sorteio das Entradas Permanentes da Festa do «Avante!» realiza-se no próximo dia 30 de Julho, em Beja. Lembremos uma vez mais que comprar a EP para a Festa não só é uma contribuição para erguer o maior convívio popular do nosso país, como também proporciona a candidatura a óptimos sorteios.

Ajudar a pôr de pé a Festa, participar ao vivo, durante três dias, na fraterna realização do Alto da Ajuda, assistir a espectáculos musicais de nível nacional e internacional, e ainda por cima, ficar desde já habilitado a brindes: em livros e discos (2.º sorteio) e uma TV a cores e mais livros e discos (3.º e último sorteio, a realizar em Sesimbra a 27 de Agosto) — tudo isto se comprarmos a EP, que custa apenas 250 escudos. De que estamos à espera?

O desporto e a Festa

As actividades desportivas enquadradas na Festa do «Avante!» estão a decorrer com entusiasmo e boa participação em diversas regiões do País.

É o caso de Setúbal, onde o torneio de futebol se está a realizar em 12 concelhos, esperando a organização ultrapassar o número de equipas de 1982. Nos concelhos do Montijo e Sines — isto são apenas exemplos — os torneios estão a ser disputados respectivamente, por 15 e 10 equipas. Os torneios concelhios encerram a 31 de Julho.

Ainda na região de Setúbal é de salientar a movimentação desportiva que a Festa proporciona em relação a modalidades como o futebol de salão feminino (15 equipas), chinguiho-malha grande (actividade nos concelhos de Almada, Seixal, Montijo, Alcochete, Palmela, Santiago do Cacém e Setúbal), chinguiho-malha pequena (Móita, Palmela, Barreiro e Santiago), andebol, basquetebol, pesca, natação e ténis de mesa.

Do Alentejo chegam-nos notícias dos torneios de futebol, nomeadamente em Évora, Montemor, Vendas Novas, Mourão, Arraiolos e em várias localidades do Distrito de Beja.

A Corrida Popular do «Avante!» decorrerá pelo menos nas cidades de Évora e Beja.

Em Lisboa, o torneio está a avançar com grande dinamismo, envolvendo numerosas equipas, como temos referido em anteriores edições.



Ribeira de Santarém

Em Santarém está a realizar-se, entre outros, o torneio de futebol da freguesia da Ribeira de Santarém, cuja final

terá lugar no próximo sábado, às 20 horas, sendo disputada entre as equipas classificadas em 1.º e 2.º lugar em cada série. Haverá os seguintes prémios:

Taças para as 4 primeiras equipas, taça para a equipa mais disciplinada, troféu para o jogador mais regular, um calção para o melhor marcador de golos, um calção para o guarda-redes menos batido.

As 22 horas começará um convívio animado pelo grupo «Jornada» e onde haverá também poesia, filmes, música para todos os gostos e naturalmente a entrega dos prémios do torneio.

Torneio em Coimbra

Está a decorrer desde 26 do corrente em Coimbra o torneio concelhio de futebol de salão (apuramento), integrado no quarto torneio nacional de futebol de salão da Festa do «Avante!». Participam onze equipas distribuídas por duas séries. A final concelhia realiza-se em 24 de Julho próximo em Coimbra. No mesmo dia haverá convívio de todas as equipas participantes com o objectivo de transmitir a sa camaradagem que o desporto encerra.

Internacional

Eleições em Itália

Grande derrota da Democracia-Cristã

A Democracia-Cristã italiana sofreu na passada segunda-feira a sua maior derrota eleitoral dos últimos 40 anos em que tem dominado a política e o governo de Itália. Descendo cerca de 5,5 por cento em relação aos resultados das eleições de 1979, deve perder 17 deputados no Senado, o que significa uma descida de 138 para 121 eleitos.

Como se esperava o Partido Comunista Italiano confirmou a sua posição de segundo maior partido, ainda que registando uma pequena descida de 31,5 para 29,9 por cento dos votos, o que não deverá alterar substancialmente o número dos seus deputados, que era de 109, no Senado.

As expectativas criadas em torno de uma significativa subida dos socialistas, que parece ter estado de resto na base da saída do PSI do governo, numa tentativa para aumentar o seu poder de negociação face à Democracia-Cristã, não se concretizaram. Os socialistas não conseguiram nas eleições de domingo e segunda-feira aumentar mais de cerca de 1 por cento, recolhendo apenas 11,4 por cento dos votos, muito longe portanto quer dos comunistas quer dos democratas-cristãos.

Finalmente, dentro dos resultados que se podem considerar significativos há a referir a subida dos neofascistas do Movimento Social-Italiano que com um acréscimo de 1,3 por cento recolheram 7 por cento dos sufrágios. Uma subida que afinal fica bem longe dos desejos expressos da extrema-direita italiana e que mais do que um aumento de influência no eleitorado aponta para uma radicalização no seio da Democracia-Cristã onde colheu votos. Uma subida que não chegou sequer ao máximo de votos que já tiveram, em 1972, para a Câmara de Deputados: 8,67 por cento.

Numa primeira análise, a conclusão imediata a tirar des-



Os italianos votaram por um novo governo que resolva os problemas que a Democracia Cristã não soube nem quis resolver e que corte definitivamente com o passado

tas eleições é que os italianos — de forma quase inédita nas últimas quatro décadas — condenaram explicitamente as urnas o envolvimento da Democracia-Cristã nos mais escabrosos casos de corrupção, submissão ao imperialismo norte-americano, campanhas de difamação de outros Estados, etc., etc.

Recorde-se que a campanha eleitoral foi antecedida por um período de denúncias de corrupção a vários níveis mas em particular a nível autárquico — em que se procurou envolver Câmaras de maioria de esquerda o que, à excepção do caso de Turim, se revelou não ter qualquer fundamento — e sobretudo pela grande operação anti-«camorra», a máfia napolitana. Mais de 500 pessoas foram presas na sequência destas operações, estando a maioria delas ligadas à Democracia-Cristã, aos socialistas e aos liberais.

Não menos importante foi o facto da campanha eleitoral se

ter realizado num período de agravamento das tensões sociais, com o patronato a endurecer por um lado as suas posições e os sindicatos a recorrerem à greve geral por outro, enquanto a nível central a ten-

ção para o recurso à repressão se acentuava.

Como reconheceu o próprio líder democrata-cristão, Ciriaco De Mita, «o voto exprimiui protesto e condenação» revelando que «o país exige um governo diferente».

Compreende-se porquê. A experiência governativa desde 1979, apoiada pela Democracia-Cristã, socialistas, republicanos, social-democratas e liberais, foi desastrosa. O desemprego passou de 1 700 000 para 2 300 000 (que não inclui os 300 000 trabalhadores com subsídio de desemprego); a inflação ronda os 16 por cento; os investimentos diminuíram 6,6 por cento na agricultura e 10,5 por cento na indústria durante o ano passado; a produção industrial no mesmo período baixou 8,4 por cento em relação a 1981; o défice orçamental triplicou.

As condições de vida dos trabalhadores degradaram-se, sendo notória a forma como o governo se propôs fazer-lhes

pagar a maior factura da crise: só os impostos sobre salários registaram de 1979 para 1982 um aumento de 41 para 75 por cento!

Entretanto, o governo cessante procurou por todos os meios congregar todas as forças de direita, incluindo os fascistas, lançando-se em manobras obscuras como a famigerada «pista búlgara» que acabaria por finalizarem beco sem saída, ao mesmo tempo que favorecia descaradamente a iniciativa privada (a carga fiscal sobre as empresas diminuiu de 23 para 19 por cento entre 1979 e 1982) e abria as portas aos interesses norte-americanos. De referir que já começaram a chegar a Comiso os soldados dos EUA que deverão instalar os mísseis nucleares de médio alcance, em Dezembro.

Os resultados eleitorais representam a falência e a condenação de toda esta política. Pela primeira vez desde a II Guerra Mundial a Itália dispõe de uma maioria de esquerda capaz de formar governo sem a Democracia-Cristã.

E se é certo que o Partido Comunista Italiano excluiu antes das eleições, de forma categórica, qualquer colaboração governamental com o Partido Comunista Italiano, não é menos certo que os resultados vieram provar uma vez mais que a resolução dos problemas em Itália passa obrigatoriamente pelos comunistas.

Sem a participação do PCI, única força que disputa quase em pé de igualdade com a Democracia-Cristã o lugar de primeiro partido italiano, os arranjos possíveis para a formação de novos governos não só não resolverão a crise política, económica e social em Itália como contribuirão para a aprofundar.



Saudação ao Partido Frelimo

Ao Comité Central do Partido Frelimo

Na passagem do oitavo aniversário da independência da R. P. de Moçambique, o CC do PCP, sauda calorosa e fraternalmente o CC do P. FRELIMO, o camarada presidente Samora Moisés Machel e todo o povo moçambicano.

A independência da RPM, conquistada após duros e heróicos combates, sob a direcção da FRELIMO, consistiu a realização da mais profunda aspiração do povo moçambicano e, ao mesmo tempo, um grande incentivo à luta de libertação dos povos, particularmente, em África.

A criação do Partido FRELIMO, orientado pela teoria do marxismo-leninismo, o início da construção das bases da sociedade socialista, têm uma significativa repercussão no Continente Africano e no movimento revolucionário mundial.

A revolução moçambicana, assim como a revolução angolana, logo seguidas da conquista da independência do Zimbabwe modificaram a correlação de forças na África Austral e incentivaram a luta de libertação nacional dos povos da África do Sul e da Namíbia respectivamente dirigidos pelo CNA e pela SWAPO contra os opressores racistas sul-africanos.

A esta luz os comunistas portugueses encaram as

constantes agressões dos racistas sul-africanos à RPM como um esforço desesperado do ignominioso regime do apartheid para tentar liquidar a revolução moçambicana e para prolongar a sua existência e a sua ocupação da Namíbia.

O PCP, que sempre foi solidário com a luta de libertação do povo moçambicano dirigida pela sua vanguarda revolucionária, exprime, nesta ocasião, uma vez mais, a sua inteira solidariedade à luta do povo moçambicano, pelo cumprimento das tarefas do IV Congresso do Partido FRELIMO, isto é, pela defesa da soberania e integridade territorial da RPM, para vencer o subdesenvolvimento e pelo socialismo.

O aprofundamento das relações entre Portugal e a RPM, na base dos princípios da igualdade, reciprocidade de vantagens e da não-ingerência, continua a ser um princípio de luta dos comunistas portugueses.

O PCP manifesta a sua vontade de continuar a agir para que entre os dois partidos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação, no interesse dos dois povos e países, assim como do progresso social e da paz.

O Comité Central do Partido Comunista Português Lisboa, 24.6.83

Chile
Nova fase da luta

Actualmente todas as camadas sociais protestam contra as represálias criminosas e a política económica catastrófica de Pinochet. Os seus partidários são cada vez menos, tanto no interior como no estrangeiro. A repressão não salvará o regime, pois a vaga de cólera está a subir no país.

São palavras de Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista chileno, que em recente entrevista declarou que a luta do povo chileno contra a tirania entrou numa nova fase.

Uma fase em que a mobilização popular na luta contra o fascismo adquire proporções cada vez maiores, malgrado as prisões, as deportações, as ameaças com que o regime procura desesperadamente salvar-se. Acontece porém que a ditadura fascista chilena, representada por Pinochet e a sua Junta militar, não corresponde já nem sequer aos interesses das forças internas e externas que a tornaram possível.

A oligarquia não sobrevive na apertada cadeia tecida no Chile desde Setembro de 1973. O desastre económico não pode ser evitado nem com toda a ajuda externa norte-americana. A exploração popular foi tão longe que hoje são muito poucos os que têm algo a perder. Até mesmo o imperialismo precisa de melhorar a sua face tão mal vista na América Latina, pelo que prefere mudar de regime enquanto é tempo, enquanto a consciência de massas ainda pode ser enganada com uma mudança de actores que prosseguiriam a mesma peça.

Mas será que ainda é tempo para tal? Diversas são sem dúvida as razões que levam os trabalhadores e sectores importantes da burguesia chilena a exigir a queda do ditador. Mostram-no bem as propostas e promessas de diálogo com que se pretende calar a indignação popular, as reformas que certos sectores estariam dispostos a aceitar em troca de uma outra forma de paz pódre.

Mas aonde levaria o diálogo com a ditadura? Que garantias poderão as forças progressistas aceitar do carrasco que durante dez anos tudo fez para as exterminar? Que confiança podem inspirar ao povo chileno os representantes da social-democracia que contribuíram para a liquidação de um governo progressista escolhido por sufrágio popular?

Estas algumas das questões que se levantam no momento em que o Chile vive sem dúvida horas importantes da sua história. Questões que não podem fazer esquecer a importância da unidade de todas as forças contra a ditadura, mas tão pouco os motivos que levam os lobos de ontem a vestirem a pele de cordeiros.

Se derrubar a ditadura é o objectivo principal, isso não deverá impedir as forças progressistas de estarem alerta para as manobras que já se cozinham nos bastidores. Afastar os trabalhadores e as forças políticas que os representam não será de modo algum garantia de retorno à democracia no Chile.

«Homens, lutai pela Paz
nós as crianças os ajudaremos»

Um apelo à Humanidade para que se conjuguem todos os esforços a fim de pôr termo à corrida aos armamentos foi aprovado em Praga no passado domingo, no final dos trabalhos da Assembleia Mundial para a Paz e a Vida e contra a guerra nuclear.

Durante uma semana na capital da Checoslováquia, segundo dados oficiais, mais de três mil delegados de 135 países representando cerca de 1800 movimentos de paz e organizações nacionais e internacionais, debateram os perigos que ameaçam de extermínio a Humanidade e acordaram linhas de acção que sob as mais diversas formas e de acordo com as condições específicas de cada país visam um objectivo comum: a defesa da Vida e da Paz.

Dos documentos finais da Assembleia, destaca-se desde já a condenação dos planos da NATO dirigidos pelos EUA para a colocação de mísseis de médio alcance na Europa Ocidental, considerados particularmente perigosos para a paz mundial.

Uma condenação que não poderia ter maior actualidade e projecção uma vez que surge justamente num momento em que é divulgado em Londres o relatório de dois parlamentares ingleses que visitaram recentemente Washington (John

Chridley e John Carthwright), onde se revela que o primeiro lote de mísseis «Cruise» a instalar em território da Grã-Bretanha não chegará à base de Greenham em Dezembro, como estava previsto, mas sim já no próximo mês de Julho.

A pressa na instalação dos mísseis é atribuída ao desenvolvimento crescente dos movimentos de defesa da paz nos países capitalistas da Europa, cada vez mais conscientes de que a chamada «dupla resolução» aprovada em 1979 pela NATO não passou de uma manobra visando assegurar a instalação daquelas armas a coberto das manifestações de «vontade» de travar conversações «sérias» com a União Soviética no âmbito do desarmamento.

As consequências de uma tal decisão são ainda imprevisíveis, uma vez que os inquiridos à opinião pública inglesa revelam que três quintos da população está contra a entrada das novas armas nucleares norte-americanas no país.

Semelhante é a opinião dos

franceses; segundo uma sondagem recente efectuada pela «Haris France» setenta e nove por cento da população da França está contra a instalação dos «Cruise» na Europa.

Dos Estados Unidos, onde o movimento pela paz adquire rapidamente um carácter nacional, não são conhecidos dados. É no entanto elucidativo verificar que o Ministério da Justiça norte-americano considerou como «propaganda política» 41 por cento dos filmes estrangeiros importados no período de 1980 a 1982, proibindo uma parte deles o restringindo a projecção dos restantes.

Entre os filmes proibidos conta-se curiosamente a película canadiana «Se Tu Amas Este Planeta», que defende o fim da corrida aos armamentos e foi distinguido com o Óscar pela Academia Cinematográfica americana.

A corrida aos armamentos continua

A Assembleia Mundial pela Paz e a Vida realizada em Praga reveste-se de uma importância tanto maior quanto é inegável que a corrida aos ar-

mamentos continua não obstante a grave crise económica que atinge o sistema capitalista.

De acordo com o relatório anual do Instituto de Estudos para a Paz, agora divulgado em Estocolmo, a venda de armas em todo o mundo atingiu o ano passado os 618,7 mil milhões de dólares, o que representa um aumento anual de quatro por cento desde 1978, contra o aumento de dois por cento registado nos cinco anos anteriores.

O relatório afirma que a França e a Grã-Bretanha dispõem actualmente de 290 dispositivos nucleares e prevê que o número crescerá para 386 em 1985. Segundo o Instituto, tais arsenais «ultrapassam largamente o mínimo dissuasivo», pelo que devem ser tomados em conta no debate geral sobre desarmamento.

Importa recordar que os países da NATO não concordam com esta posição, que de resto vem sendo defendida há muito pela União Soviética.

Aquele relatório alerta ainda para o facto de que um eventual malogro das conversações de Genebra entre a URSS e os EUA pode representar um aumento do arsenal nuclear no próximo decénio para 60 mil

ogivas, contra os 50 mil que se estima existirem agora.

O Instituto de Estudos para a Paz salienta no seu relatório que a NATO gastou no ano passado 285,7 mil milhões de dólares em armamento, enquanto o Pacto de Varsóvia dispendeu 148,2 mil milhões de dólares, ou seja, quase metade!

A prioridade dada pelos países capitalistas à corrida aos armamentos reflecte-se como não podia deixar de ser nos restantes sectores da economia a braços com a maior recessão registada desde sempre. Os números falam por si.

Na RFA faliram o ano passado 11 916 empresas, segundo dados oficiais, o que representa um aumento de 40 por cento em relação aos índices de 1981. Só em Setembro último faliram 1257 empresas!

Na Áustria o número de falências foi de três mil. No Canadá, o número de desempregados no princípio do ano era de 1 494 000 pessoas, o maior jamais registado. Só em Setembro passado ficaram desempregadas na província de Alberta 12 mil pessoas, outras tantas no Quebec e 16 mil no Ontário. Na Austrália o desemprego afecta já 9,5 por cento

da população, ou seja, 672 200 pessoas.

As condições de vida degradam-se por todo o lado. Nos Estados Unidos dois milhões de pessoas não têm casa e é incalculável o número das que vivem em condições degradantes. Na Grã-Bretanha a construção de habitações diminuiu seis vezes nos últimos dez anos, estimando-se num milhão e 250 mil as famílias sem habitação.

O rol poderia continuar indefinidamente. Basta no entanto lembrar os 618,7 mil milhões de dólares gastos o ano passado em armamento e tentar imaginar o que com tal verba poderia ser feito em prol de todos os países do mundo para entender o perigoso caminho que a Humanidade está a percorrer.

Em Praga, como contribuiu à Assembleia Mundial da Paz, as crianças checoslovacas realizaram a sua décima quarta exposição infantil de paz e arte. Este ano a consigna foi «Homens, lutai pela paz; nós, as crianças os ajudaremos», sendo o certame dedicado à Assembleia Mundial.

Que possam os homens de todo o mundo entender a sua mensagem.

Nova etapa na vida de Cabo Verde

«Pela via de Amílcar Cabral, pelo reforço da democracia e da independência» foi a palavra de ordem que presidiu ao II Congresso do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), realizado de 21 a 26 de Junho na Cidade da Praia.

Com a presença de trezentos delegados, o Congresso foi antecedido pela realização de cerca de 1200 reuniões que permitiram uma ampla discussão de documentos presentes ao órgão máximo do Partido, onde para além de novos Estatutos e Programa se contaram análises dos problemas organizativos e ideológicos.

No decorrer dos cinco dias

de trabalho os congressistas aprovaram o documento da direcção nacional e oito teses sectoriais, referentes ao trabalho partidário e às formas de organização do Estado, bem como as bases de desenvolvimento económico e de progresso social de Cabo Verde.

No centro dos debates estiveram as questões relacionadas com o papel do Partido e do Estado e as formas de participação popular, temas tanto mais importantes quanto é certo que o desafio que se coloca a Cabo Verde é não só o combate ao subdesenvolvimento como ainda o da própria sobrevivência, dadas as particularmente difíceis condições de

natureza. Combatido o deserto, lançado as bases de um desenvolvimento nacional que garantam a independência e o progresso social são tarefas que exigem a participação de todos.

Os passos dados com a realização do II Congresso abrem nesse sentido uma nova via, uma nova etapa, adiada desde 1980 quando os acontecimentos na Guiné-Bissau provocaram a separação dos dois países.

Como diria Aristides Pereira, secretário-geral do PAICV eleito, e presidente da República, no comício de encerramento, depois deste Congresso a vida de Cabo Verde prossegue

contando com a direcção de um partido mais forte, mais democrático, ideologicamente mais coeso, mais capaz de servir o nosso povo rumo ao desenvolvimento.

A necessidade e o desejo de participação colectiva foram salientados por Aristides Pereira ao apelar aos trabalhadores e quadros do país para que reforcem a sua consciência patriótica e procurem aumentar a produção e a produtividade.

Também Pedro Pires, chefe do governo e secretário-geral-adjunto do PAICV, manifestou a sua convicção de que este Congresso contribuirá para a consolidação da independência e da unidade nacionais e

para o reforço da participação popular responsável.

O nosso partido tem agora documentos claros, disse. Temos uma direcção política nacional, no quadro de um partido nacional cabo-verdiano. O nosso futuro depende do que formos capazes de fazer com as nossas próprias mãos.

Numa pausa da luta diária

